

---

# ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS

---

**1ª EDIÇÃO (2018-2020)**

Brasília - DF  
Setembro de 2018

# **ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS**

**1ª EDIÇÃO (2018-2020)**

## **Programa**

**Escola Nacional de Administração Pública**

SAIS – Área 2-A

70610-900 - Brasília – DF

Telefone: (61) 2020-3000

Esteves Pedro Colnago Júnior

**Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**

Francisco Gaetani

**Presidente da Escola Nacional de Administração Pública**

Iara Cristina da Silva Alves

**Diretora de Formação Profissional**

Rodrigo Torres de Araujo Lima

**Coordenador-Geral de Especialização**

**Equipe:**

Bruna Danielly da Paz Tenório

Carlos Eduardo Alves da Silva

Eliane dos Santos Luz

Juliana Mota Loureiro

Marcelo de Souza Rodrigues Machado

Rachel Pereira Dorneles

Renata Regina Cerri Scarpim

Thais de Oliveira

Willberda Rocha Severo



# Programa do curso

## 1. INTRODUÇÃO

A emergência da problemática ambiental, reconhecida de forma sistemática a partir da década de 1960, tem trazido uma série de desafios ao desenvolvimento das nações e ao bem-estar das sociedades.

A consolidação da agenda ambiental começou com a identificação dos problemas decorrentes da poluição química e da extinção de espécies, que foram o gatilho para as reações sociais que levaram aos primeiros ciclos de organização do movimento ambientalista. Concomitantemente, instituições de pesquisa e think tanks debruçaram-se sobre o problema do desenvolvimento econômico e dos impactos ambientais, reconhecendo que o aumento da população e da demanda por bens de consumo levaria à necessidade de se estabelecer limites para o crescimento. A pressão por um posicionamento alinhado sobre essas ameaças em nível global trouxe uma dimensão geopolítica para as questões ambientais e levou os países a se engajarem nas primeiras rodadas de consulta e negociação multilaterais.

Os diferentes níveis de desenvolvimento e bem-estar social das nações levaram, contudo, a uma polarização das posições quanto ao estabelecimento de limites para o crescimento, principalmente entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. O fracasso das rodadas multilaterais de negociação demandou a construção de uma nova visão de crescimento global, alinhando as dimensões ambientais, sociais e econômicas, que deu origem ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Internamente, os países passaram a assimilar a agenda ambiental para qualificar seus posicionamentos e iniciou-se um processo de institucionalização da temática nas estruturas de governo, com a criação das secretarias, ministérios e agências de meio ambiente.

Contudo, a sensibilização crescente para as questões ambientais não impediu que impactos significativos continuassem ocorrendo, como os grandes acidentes nucleares e vazamentos de óleo, o avanço do desmatamento nas florestas tropicais e os primeiros sinais das mudanças climáticas, o que acabou elevando a problemática ambiental a uma ameaça global e reforçou a pressão da sociedade civil sobre os governos e empresas. Isso levou também a um maior engajamento do setor privado, reconhecendo a ameaça à própria dimensão econômica da sustentabilidade empresarial. Dessa forma, foram fomentadas iniciativas como a adoção de protocolos e normativos para a adequação dos processos produtivos, a criação e monitoramento de indicadores de sustentabilidade, a publicação de relatórios de desempenho ambiental e a responsabilização pela cadeia de custódia dos produtos e serviços.

No Brasil, leis e normativos que se destinam a proteger determinados elementos da natureza, como espécies de árvores e animais com valor comercial, existem desde o século XIX. No século XX, a proteção à natureza passou a ganhar um caráter mais estruturante e universal, com a publicação de Leis como as primeiras versões do Código das Águas (1934), do Código Florestal (1965) e a criação de áreas protegidas por todo o território nacional. Contudo, foi apenas em 1981 que a temática ambiental ganhou uma visão integrada de Estado por meio da criação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). A PNMA trouxe como objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (Art. 2o). A Constituição de 1988 reconheceu a importância do tema e consolidou a proteção ao meio ambiente ao estabelecer que “[t]odos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Art. 225). Do ponto de vista institucional, os principais marcos de implementação da agenda ambiental foram a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do então Ministério do Interior, em 1973, a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1989, e a criação do Ministério do Meio Ambiente, em 1992.

O desenvolvimento institucional da área ambiental no Brasil foi fundamental para o avanço do arcabouço normativo, dos instrumentos de comando e controle e das iniciativas de fomento ao desenvolvimento sustentável. Contudo, uma abordagem setorial das questões relacionadas ao meio ambiente não é suficiente para dar conta do desafio e das oportunidades de desenvolvimento nacional que a agenda ambiental representa. Fatores como a perda de biodiversidade, o desmatamento e apropriação ilegal de recursos naturais, a degradação dos solos e a crise hídrica são ameaças estruturantes que levam à perda de competitividade e redução do bem-estar social, ameaçando o potencial de desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, o Brasil exerce liderança geopolítica na área ambiental, possui a maior biodiversidade do planeta, o maior estoque de florestas tropicais, um enorme potencial de produção de energias renováveis e um conjunto de políticas bem-sucedidas na gestão dos recursos naturais. Esses temas precisam, portanto, avançar para uma abordagem transversal nos órgãos do governo para que o país tenha uma estrutura pública preparada para lidar com uma nova economia verde que está se consolidando em nível global.

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**Nome do Curso:** Especialização em Gestão de Políticas Ambientais

**Certificação conferida:** Especialista em Gestão de Políticas Ambientais

**Modalidade:** presencial

**Duração:** 18 meses

**Área de Conhecimento:** Políticas Públicas

**Número de vagas oferecidas:** 40

**Ano e período letivo de início de funcionamento do curso:** novembro/2018.

## 3. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar servidores públicos para atuarem como agentes da melhoria da gestão de políticas públicas relacionadas à questão ambiental, de forma transversal, reconhecendo os temas de meio ambiente como estruturantes para a agenda de desenvolvimento nacional.

### 3.1. Objetivos Específicos

- Compreender a complexidade do contexto sociopolítico e institucional da relação Estado-Sociedade no Brasil recente, à luz do debate teórico- conceitual sobre o desenvolvimento nacional que aborde a relação entre a área ambiental e grandes investimentos; relação entre infraestrutura e meio ambiente; relação entre custo ambiental e benefícios das políticas sociais e econômicas.
- Assimilar o debate da economia na gestão ambiental, considerando a utilização de instrumentos econômicos e financeiros como suporte no planejamento de políticas públicas ambientais.
- Distinguir as fases do ciclo de gestão de políticas públicas, identificando de forma sistêmica as relações de interdependência que se estabelecem entre elas na gestão de políticas que impactam o meio ambiente.
- Disseminar práticas relacionadas à sustentabilidade e desenvolvimento para além da abordagem setorial da área ambiental do governo federal.
- Identificar oportunidades de aprimoramento das políticas ambientais por meio da interação qualificada entre a área setorial de meio ambiente e as outras áreas do governo.
- Viabilizar programas e planos de ação levando em conta os marcos jurídico-institucionais e normativos de funcionamento da Administração Pública - também considerando aspectos operacionais - e o panorama da agenda de meio ambiente e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto federativo.

## 4. PÚBLICO - ALVO

Servidores públicos que trabalham ou tenham interesse em trabalhar com temas relacionados à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que lidem com questões ambientais, considerando as diferentes dimensões da sustentabilidade (ambiental, social e econômica).

## 5. ESTRUTURA E DURAÇÃO DO CURSO

A carga horária mínima do curso é de 381 horas, a ser cursada em até 15 meses, e está assim distribuída:

- 366 horas de disciplinas obrigatórias.
- 12 horas de visitas técnicas para realização de trabalho de campo em órgãos da administração pública. Essa atividade será o foco da disciplina Práticas em gestão pública (D16), mas poderá estar também distribuída entre outras disciplinas, conforme a disponibilidade.

A Enap poderá oferecer até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância (EAD). Também poderão ser oferecidas disciplinas no âmbito dos acordos de cooperação mantidos pela Enap com outras instituições nacionais ou estrangeiras.

Além da carga horária de 366 horas, o aluno terá o prazo de 120 dias para entrega do trabalho de conclusão do curso (TCC).

A carga horária semanal de aulas é de nove horas, distribuídas em três dias da seguinte forma:

- segundas-feiras, das 9h às 12h, terças e quartas-feiras no período noturno, das 19h às 22h.

Visitas técnicas em horários a serem combinados.

## 6. PROCESSO SELETIVO

Para ingresso no curso, o candidato deverá ser aprovado em processo seletivo, dentro do número de vagas ofertadas, que contempla duas etapas:

1. Análise e avaliação curricular;
2. Análise de memorial; e
3. Entrevista.

As informações utilizadas para a análise e avaliação curricular, de memorial e pré-projeto serão exclusivamente aquelas constantes do formulário de inscrição.

O processo seletivo será conduzido por comissão de seleção integrada por profissionais da Enap e especialistas contratados para esse fim.

O curso será ofertado pela Enap sem ônus para os servidores ou para os órgãos aos quais estão vinculados.

## 7. REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO

Para participação no curso é necessário atender aos seguintes requisitos:

- ser diplomado em curso superior reconhecido pelo MEC;
- ser servidor público federal ocupante de cargo efetivo;
- ser empregado público federal concursado;

ser aprovado em processo seletivo conduzido pela Enap; e

- apresentar os documentos necessários para a efetivação da matrícula.

Os empregados públicos concursados que façam parte dos quadros de entidades federais que não recebam recursos da União para pagamento de despesas de pessoal deverão arcar com os custos do curso da especialização que cursarem.

## **8.METODOLOGIA**

A Enap organiza sua oferta formativa tendo como fio condutor o conceito de competência, adotado no sentido proposto por Perrenoud, como sendo a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, valorativos e atitudinais para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. A aplicação desse conceito aproxima a educação e o mundo do trabalho. Isso significa que os desafios e requisitos de desempenho do servidor no exercício de seu trabalho fornecem os elementos para o desenho de sua formação profissional.

A competência profissional extrapola o domínio de conceitos. É um conjunto complexo de capacidades, que envolve uma estrutura dinâmica e organizada do pensamento para o exercício da análise, da avaliação e da compreensão do contexto no qual se age, além de habilidades e atitudes oriundas de sua ética e emocionalidade. O desenvolvimento de competências acontece na ação, no enfrentamento de problemas e em interação com o outro,

porque é no exercício da ação que os recursos de capacidades do profissional

são combinados e mobilizados. Em outras palavras, somente a vivência produz competências.

É inerente ao exercício das competências que o ator disponha de autonomia e responsabilidade sobre os resultados de sua ação, o que o converte, por essência, em um agente de mudança e de inovação em favor de objetivos.

São valorizadas a capacidade analítica e a capacidade comunicacional como elementos que estão na base das competências do servidor público. Essas capacidades são recursos indispensáveis para que o profissional atue em situações típicas do setor público, marcadas geralmente por complexidade, conflito, escassez de recursos e incerteza.

O Curso Especialização em Gestão de Políticas Ambientais tem como foco a melhoria da gestão de políticas públicas relacionadas à questão ambiental.

A Enap busca contribuir para que os servidores/profissionais públicos desenvolvam competências na ação governamental, comprometidos não só com a eficiência técnica, mas com o significado social do seu papel e com as consequências e as implicações ético-políticas de suas intervenções.

O pressuposto metodológico da competência no desenvolvimento profissional torna insuficiente o modelo da transmissão de conteúdos. Sendo a competência fruto da vivência, os processos pedagógicos orientam-se para a aprendizagem significativa e contextualizada, pela prática e para a prática.

Assim, a Enap adota a metodologia de aprendizagem do ensino-aplicação para a organização dos programas e definição das estratégias didático- pedagógicas.

O ensino-aplicação, metodologia de aprendizagem inspirada no construtivismo educacional, consiste em promover a aprendizagem por meio da aproximação dos alunos, sujeitos de seu aprendizado, às questões e situações concretas da prática governamental, incorporando os saberes que dispõem em função de sua vivência.

Os alunos são levados a analisar, a compreender, a distinguir, a avaliar, utilizando-se de ferramentas de análise, os conceitos e preceitos da administração pública e do seu papel profissional, para (re)elaborar conhecimento sobre o contexto complexo da ação governamental e decidir sobre como agir e interagir em situações concretas.

Para o alcance desses objetivos pedagógicos, várias são as estratégias didáticas: simulações, estudos de caso, oficinas, pesquisas de campo, visitas técnicas, projetos de intervenção, exposição dialogada,

perguntas orientadoras, entre outras que estimulem o pensamento reflexivo e crítico. Utiliza-se a diversificação de estratégias didático-pedagógicas dentro de um mesmo programa ou componente curricular, em respeito aos diferentes estilos de aprendizagem; bem como a combinação da aprendizagem individual com a

aprendizagem coletiva, por meio de atividades em grupo que favoreçam a troca de experiências. O professor especialista torna-se antes um facilitador do aprendizado.

Cabe destacar, para este Curso de Especialização, o recurso aos estudos de caso, desenvolvidos pelos docentes ou selecionados na Casoteca de Gestão Pública da ENAP, utilizados para promover a visão integrada das diversas dimensões da gestão, tomando como base as situações concretas. Além disso, serão promovidas visitas técnicas para análise de aspectos da gestão ambiental em órgãos da administração pública.

Ao longo do curso, serão realizadas palestras acerca da gestão de políticas ambientais na administração pública, com o intuito de criar um ambiente propício ao debate e à reflexão sobre os conteúdos aprendidos.

## 9. AVALIAÇÃO

Ao final de cada disciplina, o aproveitamento dos alunos será mensurado por meio de trabalhos ou exercícios avaliativos. Ao término do curso, o aluno deverá entregar um trabalho de conclusão, conforme as normas definidas no Regulamento e de acordo com as orientações da Coordenação-Geral de Especialização.

## 10. CERTIFICAÇÃO

O concluinte do curso receberá a certificação de Especialista em Gestão de Políticas Ambientais. Para obtenção da certificação é necessário que o aluno cumpra todas as exigências relativas à frequência, avaliação e aprovação no trabalho de conclusão do curso, definidas nos documentos orientadores e normativos (programa, regulamento e edital de seleção)

## 11. ESTRUTURA CURRICULAR

Os conteúdos e atividades do curso estão organizados conforme a estrutura abaixo:

| Disciplina                                                                              | CH  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| D.1 - Introdução às ciências ambientais e a emergência do paradigma da sustentabilidade | 30h |
| D.2 - Direito ambiental                                                                 | 24h |
| D.3 - Economia ambiental                                                                | 24h |
| D.4 - Instrumentos de gestão ambiental                                                  | 30h |
| D.5 -Federalismo e governança ambiental no Brasil                                       | 24h |
| D.6 – Gestão ambiental territorial                                                      | 18h |
| D.7 – Políticas públicas de meio ambiente                                               | 27h |
| D.8 - Desafios da conservação da biodiversidade no Brasil                               | 30h |

|                                                                                      |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| D.9 -Mediação de conflitos socioambientais e controle social em políticas ambientais | 24h        |
| D.10 - Multilateralismo e governança global em meio ambiente                         | 24h        |
| D.11 – Mudança do clima e desenvolvimento nacional                                   | 24h        |
| D.12 – Análise de dados e métodos quantitativos em gestão ambiental                  | 24h        |
| D.13 – Avaliação de políticas ambientais                                             | 24h        |
| D.14 – Gerenciamento de projetos                                                     | 18h        |
| D.15 - Metodologia de Pesquisa                                                       | 24h        |
| D.16 - Práticas de Gestão Pública                                                    | 18h        |
| <b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>                                                           | <b>384</b> |

## 12. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DAS DISCIPLINAS

### D1 - Introdução às ciências ambientais e a emergência do paradigma da sustentabilidade

O objetivo dessa disciplina é instrumentalizar os alunos para que os principais conceitos relacionados à dimensão física da problemática ambiental sejam compreendidos, reconhecidos e aplicados ao longo de todo o curso. Além disso, espera-se apresentar os principais problemas ambientais que vêm comprometendo o desenvolvimento e o bem-estar das sociedades humanas, considerando-os também na realidade brasileira, para identificar ameaças e oportunidades do ponto de vista da gestão de políticas públicas. Ao final da disciplina, espera-se mostrar como o reconhecimento desses problemas levou e tem levado a novas concepções de desenvolvimento e sustentabilidade.

Conteúdo: Apresentação dos fundamentos da ecologia e de outras ciências da natureza. Conceituação e análise dos ciclos biogeofísicos e sua importância para a sustentabilidade. Composição e funcionamento do sistema climático.

Principais atributos dos recursos naturais brasileiros (solos, flora, fauna e recursos hídricos). Biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal) e suas principais ameaças ambientais.

Conservação, manejo e monitoramento de ecossistemas. Os grandes agentes de alteração da biosfera. Antropoceno e a aceleração das mudanças ambientais.

Mudanças climáticas e suas consequências. Mudança de uso da terra e desmatamento em florestas tropicais. Perda de biodiversidade, espécies invasoras e extinção. Os diferentes tipos de poluição. Desequilíbrio dos ciclos biogeoquímicos. Acidificação dos oceanos. Degradação dos solos e desertificação. Análise do debate teórico conceitual sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Construção do conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Debates científicos e mobilização social.

Cenários e tendências da dinâmica de populações humanas, agricultura, poluição do ar e da água, biodiversidade, floresta e uso da terra, energia e recursos minerais e substâncias tóxicas.

## **D2- Direito ambiental**

O objetivo dessa disciplina é apresentar o ordenamento jurídico sobre a temática ambiental no Brasil e os principais instrumentos de tutela e controle ambiental, de forma que os alunos possam identificar possibilidades de atuação em políticas públicas por meio das fontes formais do Direito.

Conteúdo: Evolução histórica e o conceito atual de direito ambiental. Princípios do direito ambiental e o ordenamento ambiental brasileiro. Política Nacional do Meio

Ambiente e Sistema Nacional do Meio Ambiente. Poderes da República, atribuições e competência legislativa em matéria ambiental. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e seus instrumentos. Principais normativos ambientais. Tutela civil do ambiente: Responsabilidade civil e reparação do dano ambiental. Tutela administrativa, penal e jurisdicional do ambiente. Direito Ambiental Penal. O meio ambiente artificial, cultural e do trabalho.

## **D3- Economia ambiental**

O objetivo dessa disciplina é apresentar aos alunos as teorias e ferramentas econômicas para lidar com a temática ambiental, de forma a provocá-los a internalizar esta dimensão da sustentabilidade nas políticas públicas e instrumentalizá-los para realizar análises de custo benefício das iniciativas que se relacionam com a questão ambiental.

Conteúdo: Abordagens teóricas da economia e meio ambiente. Economia ambiental e economia ecológica. Tipos de sustentabilidade. O conceito de escassez e o limite do crescimento. Bens públicos e a governança dos comuns. Falhas de mercado e as consequências para o meio ambiente. Parametrização dos impactos ambientais e externalidades. Valoração econômica dos recursos naturais. Princípio do poluidor-pagador e pagamentos por serviços ambientais. Novas oportunidades econômicas com base no aproveitamento não predatório dos recursos naturais. Tributos e subsídios ambientais. Concessões florestais, uso da biodiversidade e outras vocações econômicas do capital natural brasileiro.

## **D4 – Instrumentos de gestão ambiental**

O objetivo dessa disciplina é apresentar e discutir os principais instrumentos de gestão ambiental oferecidos pelas políticas públicas brasileiras e discutir junto aos alunos as possibilidades de aplicação de forma transversal na interface com outras políticas setoriais e com iniciativas da sociedade civil e setor privado. Conteúdo: Análise dos instrumentos e arranjos de gestão ambiental. Principais instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (padrões de qualidade ambiental, zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, licenciamento ambiental, incentivos para melhoria da qualidade ambiental, áreas protegidas, penalidades e responsabilização pelos danos ambientais).

Instrumentos econômicos e política tributária (taxas, créditos e subsídios). Financiamento de políticas ambientais (compensação ambiental, fundos, green bonds). Exemplos e potenciais dos instrumentos de monitoramento ambiental na implementação do Novo Código Florestal (Cadastro Ambiental Rural e Cotas de Reserva Ambiental). Pagamento por serviços ambientais e implementação de projetos de cooperação (Fundo Amazônia, REDD+, comitês de bacia e Programa Produtor de Água). Salvaguardas em projetos ambientais. Engajamento do setor privado e arranjos inovadores. Certificação e rastreabilidade das cadeias de custódia.

### **D5- Federalismo e governança ambiental no Brasil**

O objetivo dessa disciplina é apresentar a responsabilidade dos diferentes órgãos públicos na estrutura federativa, discutindo junto aos alunos as características e consequências da descentralização da agenda pública ambiental no Brasil e a participação da sociedade civil e outros setores em conselhos e instâncias consultivas e deliberativas responsáveis pela implementação de políticas públicas ambientais.

Conteúdo: Federalismo e responsabilidades institucionais. Desafios da democracia diante de seus dilemas representativos, participativos e de controle burocrático. Desafios da governança e gestão e seus problemas de coordenação. Cooperação federativa. Lei Complementar No 140 e a competência comum na proteção ao meio ambiente. Estrutura e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e outros conselhos. Políticas estaduais e municipais de meio ambiente. Mobilização social na área ambiental.

### **D6 – Gestão ambiental territorial**

O objetivo dessa disciplina é discutir o desenvolvimento das políticas públicas em uma abordagem espacialmente explícita, apresentando aos alunos os diferentes momentos do desenvolvimento do território nacional e as consequências para o meio ambiente, bem como as oportunidades de desenvolvimento com os instrumentos de gestão territorial atuais.

Conteúdo: Análise de situações e processos de desenvolvimento territorial. Múltiplas escalas de influências. Desenvolvimento regional e planos de desenvolvimento territorial. Ferramentas geoespaciais. Áreas protegidas, Terras Indígenas, Assentamentos e Unidades de conservação. Programa ARPA. Zoneamento ecológico econômico. Compensação ambiental. Áreas rurais e urbanas. Áreas protegidas pelo Código Florestal. Territórios da sociobiodiversidade. Vivência de campo em uma Unidade de Conservação e troca de experiências com gestores e atores locais.

### **D7 – Políticas públicas de meio ambiente**

O objetivo dessa disciplina é apresentar aos alunos algumas das principais políticas ambientais do Brasil, discutindo seus processos de construção, níveis de implementação e oportunidades de desenvolvimento na interface com outras políticas setoriais.

Conteúdo: História e consolidação dos normativos e políticas públicas ambientais brasileiras.

Alguns dos principais normativos ambientais brasileiros, seus desdobramentos e marcos regulatórios: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Novo Código Florestal); a Lei de Gestão de Florestas Públicas; a Política Nacional de Recursos Hídricos; a Política Nacional de Mudança do Clima; o Plano ABC; a Política Nacional de Resíduos Sólidos; a Lei da Biodiversidade; o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde). Seminários e visitas técnicas junto aos gestores para discussão sobre os desafios e oportunidades de cada política.

## **D8 – Desafio da conservação da biodiversidade no Brasil**

O objetivo dessa disciplina é discutir a importância, as oportunidades e os desafios para a conservação da biodiversidade brasileira, observando as características e vantagens comparativas da sua condição de país megadiverso, suas áreas protegidas e os potenciais desenvolvimentos decorrentes do uso sustentável da biodiversidade.

Conteúdo: Definição de biodiversidade, hotspots e principais ameaças no Brasil. Marco regulatório da biodiversidade no Brasil (Convenção da Diversidade Biológica, Política Nacional da Biodiversidade, Lei de Acesso ao Patrimônio Genético). Plataformas e bases de conhecimento (Portal da Biodiversidade, Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira, Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos). Geopolítica e conflitos pela apropriação da biodiversidade. Uso sustentável da biodiversidade. Populações tradicionais e repartição de benefícios.

## **D9 – Mediação de conflitos socioambientais e controle social em políticas ambientais**

O objetivo dessa disciplina é apresentar os principais elementos que levam à geração dos conflitos socioambientais, bem como os exemplos de casos bem e mal sucedidos de mediação dos conflitos e os potenciais impactos na implementação de políticas públicas. Espera-se também discutir junto aos alunos o engajamento do terceiro setor e o papel dos instrumentos de controle social nas políticas ambientais.

Conteúdo: Surgimento da questão ambiental e dos conflitos socioambientais. Ecologia Política como abordagem teórica para analisar conflitos socioambientais. Mediação de conflitos e justiça ambiental. Papel dialético do ordenamento jurídico brasileiro como origem e resolução de conflitos socioambientais. Abordagens e exemplos de conflitos socioambientais com diferentes encaminhamentos (deslocamento de populações para grandes obras de infraestrutura, violência e degradação ambiental decorrente de conflitos fundiários, poluição ambiental em áreas degradadas e periferias). Ferramentas para a disseminação de informações sobre os conflitos socioambientais. Conflitos em Assentamentos. Vivência de campo em uma Unidade de Conservação e troca de experiências com gestores e atores locais. Terceiro setor como mobilizador da sociedade nas questões ambientais. Instrumentos de controle social no Brasil. Exemplos de atuação da sociedade civil. Capacidade de mobilização nacional e internacional. Fóruns de governança privados e pressões de mercado.

## **D10 - Multilateralismo e governança global em meio ambiente**

O objetivo dessa disciplina é apresentar aos alunos o desenvolvimento da temática ambiental por meio da agenda internacional multilateral, cujos desdobramentos têm trazido uma dimensão geopolítica e normativa a ser analisada em função dos desafios e oportunidades para o desenvolvimento nacional.

Conteúdo: Histórico da construção da agenda ambiental na negociação e cooperação multilateral. Os principais acordos internacionais, convenções, protocolos e seus impactos nas políticas públicas nacionais. Sistema ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e programa

das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA). A atuação do Brasil na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

### **D11 - Mudança do clima e desenvolvimento nacional**

Espera-se aprofundar junto aos alunos a discussão sobre a mudança do clima, reconhecendo-a como uma das principais arenas de debate e de mudanças nas perspectivas de desenvolvimento das nações e no estabelecimento de novas oportunidades econômicas.

Conteúdo: Aspectos físicos da mudança clima. Emissões dos gases de efeito estufa e os inventários nacionais. Consequências e cenários ambientais, econômicos e sociais para o Brasil. Estratégias de mitigação e adaptação. Compromissos brasileiros nos acordos internacionais e rebatimento nas políticas públicas. Acordo de Copenhague e a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC). Planos setoriais e planos de controle do desmatamento.

Estratégia nacional de REDD+. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. O Acordo de Paris e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC). A NDC do Brasil e os compromissos setoriais. Recursos de cooperação (Fundo Amazônia, GFC, GEF, Bancos de Desenvolvimento, cooperações bilaterais). Iniciativas da sociedade civil e setor privado.

### **D12 - Análise de dados e métodos quantitativos em gestão ambiental**

O objetivo dessa disciplina é apresentar aos alunos alguns dos principais métodos quantitativos para organizar e avaliar dados, de forma a subsidiar a tomada de decisão na gestão de políticas ambientais.

Conteúdo: Análise exploratória de dados. Medidas de tendência central, de dispersão e de concentração. Aplicações de análise de regressão simples e múltipla. Quadro de análise de variância. Aplicações estatísticas em temas ambientais. Princípios de matemática financeira. Critérios de avaliação para a valoração ambiental. Princípios de otimização matemática. Programação linear.

### **D13 - Avaliação de políticas ambientais**

Ao final dessa disciplina os alunos deverão realizar análises de políticas públicas que permitam a avaliação da eficiência e eficácia das iniciativas realizadas em âmbito público, buscando o aprimoramento da ação do Estado na área ambiental.

Conteúdo: Conceituação de política pública (policy), seus tipos e relações com os processos políticos (politics). Distinção entre as principais perspectivas teóricas e modelos de análise no campo. Identificação e problematização das etapas do ciclo das políticas públicas. Discussão sobre os aspectos relacionados à continuidade e mudança das políticas públicas. Mapeamento de instrumentos e processos de articulação e coordenação na construção e análise de arranjos institucionais e avaliação das implicações sobre a implementação e o desempenho de políticas públicas. Compreensão dos desafios da produção de políticas públicas no Brasil contemporâneo. Avaliação das principais políticas e programas de meio ambiente e os sistemas de monitoramento e avaliação estruturados. Novo Código Florestal, Política Nacional de Mudança do Clima, Política Nacional de Recursos Hídricos, Política Nacional de Resíduos Sólidos. Políticas estaduais e municipais. Indicadores do Desenvolvimento Sustentável. Painel Nacional de Indicadores Ambientais (PNIA).

### **D14 - Gerenciamento de projetos**

O objetivo dessa disciplina é capacitar os alunos em métodos para a elaboração, gestão e avaliação de projetos de forma a desenvolver habilidades para a organização de atividades relacionadas a um conjunto de objetivos pré- definidos, com prazos determinados, com critérios de custo e qualidade, por meio da mobilização de recursos técnicos e humanos para o atingimento de resultados com foco em políticas ambientais.

Conteúdo: Fundamentos do gerenciamento de projetos. Gestão de aquisições e custos em projetos. Gestão da qualidade, escopo e pessoas em projetos. Gestão da comunicação e stakeholders em projetos. Gestão de riscos e análise da viabilidade de projetos.

### **D15 - Metodologia de pesquisa**

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de elaborar um projeto contendo os elementos inerentes ao trabalho científico; aplicar as normas e padrões de trabalhos de pós-graduação lato sensu; e definir objetos de pesquisa a serem desenvolvidos como artigos científicos ou projetos de intervenção que possibilitem a realização do estudo aplicado.

Conteúdo: Estudo do processo de construção do conhecimento científico; o raciocínio lógico-científico no desenvolvimento de um artigo científico; a elaboração de projeto de pesquisa e de trabalho técnico-científico; as regras da redação científica e normas e padrões de trabalhos de pós-graduação lato sensu, conforme as normas da ABNT aplicáveis.

### **D16 – Práticas de gestão ambiental**

Identificar a relação entre os conteúdos ministrados nas diversas disciplinas do curso e sua aplicabilidade prática na gestão de políticas ambientais; analisar criticamente as ações nesse campo, de modo a desenvolver uma visão global dos desafios enfrentados pelos gestores em se tratando das questões ambientais.

**13. CORPO DOCENTE**

| <b>NOME</b>                             | <b>TITULAÇÃO</b> |
|-----------------------------------------|------------------|
| Gabriel Henrique Lui                    |                  |
| Luiz Felipe Salemi                      | Doutor           |
| Gabriela Garcia Batista Lima Moraes     | Mestre           |
| Sandra Silva Paulsen                    | Doutora          |
| Fabício Ramos Ferreira.                 | Doutor           |
| Jair Schmitt                            | Doutor           |
| Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza     | Doutor           |
| Renato Pellegrini Morgado               | Mestre           |
| Thelma Krug                             | Doutora          |
| Fernanda de Carvalho Rodrigues Oliveira | Especialista     |
| Luiz Carlos Estraviz Rodrigues          | Doutor           |
| Potira Meirelles Hermuche               | Mestre           |
| Thomas Ludewigs                         | Mestre           |
| Ana Flávia Granja e Barros              | Doutora          |
| Cristina Yimie Aoki Inoue               | Doutora          |
| Renata Ribeiro Navega da Cruz           | Graduada         |
| Maria Silvia Rossi                      | Doutora          |
| Denise Maria Penha Kronemberger         | Doutora          |
| Nara Kohlsdorf                          | Doutora          |

## 14. REFERÊNCIAS

### D1 - Introdução às ciências ambientais e a emergência do paradigma da sustentabilidade

#### Bibliografia Básica

**PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E.** Biologia da Conservação. Londrina: Editora Planta, 2001. Cap. 2.

**PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E.** Biologia da Conservação. Londrina: Editora Planta, 2001. Cap. 5.

**RICKLEFS, R.; RELYEA, R.** A Economia da Natureza. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Cap. 6–8.

**RICKLEFS, R.; RELYEA, R.** A Economia da Natureza. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Cap. 14.

**TEIXEIRA, W.; FAIRCHILD, T. R.; TOLEDO, M. C. M.; TAIOLI, F.** Decifrando a Terra. 2. ed. São Paulo: IBEP Nacional, 2009. 624 p.

**CHAPIN III, F. S.; MATSON, P. M.; VITOUSEK, P.** Principles of Terrestrial Ecosystem Ecology. 2nd ed. New York: Springer, 2012. 529 p.

**RODRIGUES, R. R.; BRANCALION, P. S.; INSERNHAGEN, I.** Pacto pela Restauração da Mata Atlântica. São Paulo: LERF/ESALQ/USP; Instituto BioAtlântica, 2009. 256 p. Disponível em: <http://www.lerf.esalq.usp.br/divulgacao/produzidos/livros/pacto2009.pdf>.

#### Bibliografia Complementar

**SACHS, J. D.** The Age of Sustainable Development. New York: Columbia University Press, 2014. Cap. 1.

**LIMA, W. P.** Princípios de Hidrologia Florestal Aplicados ao Manejo de Bacias Hidrográficas. Piracicaba: ESALQ/USP, 1995. Disponível em: <http://www.ipef.br/hidrologia/hidrologia.pdf>. Acesso em: dia mês ano.

## 14. REFERÊNCIAS

### D2 - Direito Ambienta

#### Bibliografia Básica

**AZEVEDO, Eder Marques.** Da desconstrução do homo sapiens à consolidação dos animais não humanos como sujeitos de direito: uma questão de personalidade? Revista Jurídica Cesumar – Mestrado, v. 14, n. 1, p. 211-239, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/3207/2297>>.

**BEDRAN, Karina Marcos; MAYER, Elizabeth.** A responsabilidade civil por danos ambientais no direito brasileiro e comparado: teoria do risco criado versus teoria do risco integral. Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 45, set. 2013. Disponível em: <<http://domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/271>>.

**BIM, Eduardo Fortunato.** Licenciamento Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 373-399. (Cap. XI – Convalidação).

**FARIAS, Talden; BIM, Eduardo F.** O poluidor indireto e a responsabilidade civil ambiental por dano precedente. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 127-146, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v14i28.915>>.

**HERSCOVICI, Alain.** Escolha coletiva, governança e direitos de propriedade: uma análise econômica dos commons. Nova Economia, v. 23, n. 1, p. 192-193, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v23n1/07.pdf>>.

**KÄSSMAYER, Karin.** Apontamentos sobre a ética ambiental como fundamento do direito ambiental. RJFD Dom Bosco, v. 1, n. 4, ano III, p. 128-146, 2009. Disponível em: <[http://www.dombosco.sebsa.com.br/faculdade/revista\\_direito/1edicao-2009/eos-4-2009-6.pdf](http://www.dombosco.sebsa.com.br/faculdade/revista_direito/1edicao-2009/eos-4-2009-6.pdf)>.

**LIMA, Gabriela Garcia Batista; SCUDELER, Mateo.** A responsabilidade internacional ambiental na Corte Internacional de Justiça: a proteção ambiental transfronteiriça como diligência devida. Revista Internacional de Direito Ambiental, v. 4, p. 135-154, 2015.

**LIMA, Gabriela Garcia B.** O consequencialismo ambiental: entre o formalismo e a efetividade da proteção jurídica do meio ambiente. Revista de Direitos Difusos, v. 57, p. 1, 2012.

**MACHADO, Paulo Affonso Leme.** STJ e nexos causal na responsabilidade civil ambiental. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 14, n. 30, p. 351-371, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v15i31.1224>>.

**MONIZ, Maria da Graça de Almeida d'Eça do Canto.** Direito internacional do ambiente: o caso da fundição de Trail. Diversitates, v. 4, n. 2, p. 1-33, 2012. Disponível em: <[https://diversitatesjournal.files.wordpress.com/2012/11/diversitates\\_4\\_-n-2\\_-artigo-11.pdf](https://diversitatesjournal.files.wordpress.com/2012/11/diversitates_4_-n-2_-artigo-11.pdf)>.

**OLIVEIRA, Carina Costa de; FERREIRA, Fabrício Ramos; MORAES, Gabriela Garcia Batista Lima; BARBOSA, Igor da Silva.** Os limites do princípio da precaução nas decisões judiciais brasileiras em matéria ambiental. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 15, p. 327-356, 2018. Disponível em:

<<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1252/24605>>.

**QUEIROZ, Cláudia Carvalho; GURGEL, Yara Maria Pereira; COSTA, Rafaela Romana Carvalho.** A responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito público nos crimes ambientais: necessidade de adequação das sanções penais da Lei n. 9.605/98. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 301, set. 2013. Disponível em:

<<http://domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/279/351>>.

**SILVA, Lara de Paula.** Fracionamento de empreendimentos no licenciamento ambiental. *Direito Coletivo: Comentário à Jurisprudência*, v. 14, n. 25, p. 295-318, jul./dez. 2015. Disponível em:

<[https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1262/Fracionamento o%20de%20empreendimentos%20no%20licenciamento%20ambiental.pdf?sequence=1](https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1262/Fracionamento%20de%20empreendimentos%20no%20licenciamento%20ambiental.pdf?sequence=1)>.

**VARELLA, Marcelo D.; LAUTENSCHLAGER, Lauren L.** Critérios de efetividade na proteção ambiental. *Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, v. 36, n. 1, p. 295-329, jan./jun. 2016. Disponível em: <AZEVEDO, Eder Marques. Da desconstrução do homo sapiens à consolidação dos animais não humanos como sujeitos de direito: uma questão de personalidade? *Revista Jurídica Cesumar – Mestrado*, v. 14, n. 1, p. 211-239, jan./jun. 2014. Disponível em:

<<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/3207/2297>>.

**BEDRAN, Karina Marcos; MAYER, Elizabeth.** A responsabilidade civil por danos ambientais no direito brasileiro e comparado: teoria do risco criado versus teoria do risco integral. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 45, set. 2013. Disponível em: <<http://domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/271>>.

**BIM, Eduardo Fortunato.** *Licenciamento Ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 373-399. (Cap. XI – Convalidação).

**FARIAS, Talden; BIM, Eduardo F.** O poluidor indireto e a responsabilidade civil ambiental por dano precedente. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 127-146, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v14i28.915>>.

**HERSCOVICI, Alain.** Escolha coletiva, governança e direitos de propriedade: uma análise econômica dos commons. *Nova Economia*, v. 23, n. 1, p. 192-193, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v23n1/07.pdf>>.

**KÄSSMAYER, Karin.** Apontamentos sobre a ética ambiental como fundamento do direito ambiental. *RJFD Dom Bosco*, v. 1, n. 4, ano III, p. 128-146, 2009. Disponível em: <[http://www.dombosco.sebsa.com.br/faculdade/revista\\_direito/1edicao-2009/eos-4-2009-6.pdf](http://www.dombosco.sebsa.com.br/faculdade/revista_direito/1edicao-2009/eos-4-2009-6.pdf)>.

**LIMA, Gabriela Garcia Batista; SCUDELER, Mateo.** A responsabilidade internacional ambiental na Corte Internacional de Justiça: a proteção ambiental transfronteiriça como diligência devida. *Revista Internacional de Direito Ambiental*, v. 4, p. 135-154, 2015.

**LIMA, Gabriela Garcia B.** O consequencialismo ambiental: entre o formalismo e a efetividade da proteção jurídica do meio ambiente. *Revista de Direitos Difusos*, v. 57, p. 1, 2012.

**MACHADO, Paulo Affonso Leme.** STJ e nexos causal na responsabilidade civil ambiental. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 14, n. 30, p. 351-371, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v15i31.1224>>.

**MONIZ, Maria da Graça de Almeida d'Eça do Canto.** Direito internacional do ambiente: o caso da fundição de Trail. *Diversitates*, v. 4, n. 2, p. 1-33, 2012. Disponível em: <[https://diversitatesjournal.files.wordpress.com/2012/11/diversitates\\_4\\_-n-2\\_-artigo-11.pdf](https://diversitatesjournal.files.wordpress.com/2012/11/diversitates_4_-n-2_-artigo-11.pdf)>. >.

### **Bibliografia Complementar**

**ALMEIDA, Charles Dayler S.; MORAES, Gabriela Garcia B. Lima; FERREIRA, Fabrício Ramos; FERRACO, A. A. G.** A fragilização do procedimento de licenciamento ambiental e da proteção ambiental no Distrito Federal. In: *4º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto*, 2018, Fortaleza. (a ser disponibilizado).

**ARÉVALO CORDERO, Felipe; MOZÓ LIRA, Mario.** Legal effects of an environmental damage declaration within an administrative procedure and its repercussions on a potential judicial declaration thereof. *Actualidad Jurídica*, n. 46, p. 56-68, 2017.

**ARAÚJO, Leandro Shigueo.** Uma resposta hedonista à objeção da máquina de experiências. *Fundamento*, v. 2, n. 2, jan./abr. 2011. 15 p. Disponível em: <http://www.revistafundamento.ufop.br/index.php/fundamento/article/view/28/19>.

Acesso em: dia mês ano.

**BLEEKER, Arnie.** Does the polluter pay? The polluter-pays principle in the case law of the European Court of Justice. *European Energy and Environmental Law Review*, p. 289-306, dez. 2009. Disponível em: [http://www.shipbreakingplatform.org/shipbrea\\_wp2011/wp-content/uploads/2013/03/Bleeker-Does-the-polluter-pay.pdf](http://www.shipbreakingplatform.org/shipbrea_wp2011/wp-content/uploads/2013/03/Bleeker-Does-the-polluter-pay.pdf). Acesso em: dia mês ano.

**BIM, Eduardo F.; FARIAS, Talden.** Competência ambiental: legislativa e administrativa. *Revista de Informação Legislativa*, v. 208, p. 203-245, 2015. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/208/ril\\_v52\\_n208\\_p203.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/208/ril_v52_n208_p203.pdf). Acesso em: dia mês ano.

**C.I.J. Pulp Mills on the River Uruguay (Argentina/Uruguay).** Julgamento de 20 abr. 2010. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/135/15873.pdf>. Acesso em: dia mês ano.

**KNUDSEN, Sanne H.** Remedying the misuse of nature. *Utah Law Review*, v. 2012, n. 1, p. 141-208, 2012. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2427795>. Acesso em: dia mês ano.

**LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick de Araújo.** Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 151-373.

**LIMA, Gabriela Garcia B.** O pluralismo jurídico e efetividade jurídica na relação entre proteção ambiental e investimentos estrangeiros: os casos Santa Elena, Metalclad e Tecmed. Revista de Direito Internacional, v. 9, p. 28, 2012. Disponível em: [www.publicacoesacademicas.uniceub.br](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br). Acesso em: dia mês ano.

**MORAES, Gabriela G. B. L.** A responsabilidade civil nuclear como instrumento para a teoria política da nova economia do bem-estar: uma análise econômica do direito com base no acidente nuclear de Fukushima. Constituição, Economia e Desenvolvimento, Curitiba, v. 9, n. 16, p. 114-140, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://abdconst.com.br/revista17/ResponsabilidadeGabriela.pdf>. Acesso em: dia mês ano.

**NOIVILLE, Christiane.** Ciência, decisão e ação: três observações em torno do princípio da precaução. In: **VARELLA, Marcelo Dias (org.).** Governo dos Riscos. Brasília: Rede Latino-Americana–Europeia sobre Governo dos Riscos, 2005. p. 38-55. Disponível em: [http://marcelodvarella.org/Riscos\\_files/Governo%20dos%20Riscos.pdf](http://marcelodvarella.org/Riscos_files/Governo%20dos%20Riscos.pdf). Acesso em: dia mês ano.

**OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva; EDEVALCY, Maria.** O caso Austrália c. Japão perante a Corte Internacional de Justiça. RDI – Revista de Direito Internacional, v. 12, n. 2, p. 43-49, 2014. Disponível em: <https://publicacoesacademicas.uniceub.br>. Acesso em: dia mês ano.

**PURDY, Jedediah.** Our place in the world: a new relationship for environmental ethics and law. Duke Law Journal, v. 62, n. 4, p. 858-932, jan. 2013. Disponível em: <http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3374&context=dlj>. Acesso em: dia mês ano.[Quebra da Disposição de Texto](Itens II, III e IV foram indicados no pedido.)

**RODRIGUES, Marcelo Abelha.** Técnicas individuais de repercussão coletiva × técnicas coletivas de repercussão individual: por que estão extinguindo a ação civil pública para a defesa de direitos individuais homogêneos? In: **ZANETI JR., Hermes (coord.).** Processo Coletivo. Coleção Repercussões do Novo CPC. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 623-639.

**SADELLER, Nicolas.** Comentários ao status no direito internacional de três princípios ambientais. In: **VARELLA, Marcelo; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia (org.).** A proteção internacional do meio ambiente. Brasília, 2009. p. 34-87. Disponível em: [http://marcelodvarella.org/Meio\\_Ambiente\\_files/Protecao%20internacional%20meio%20ambiente\\_2.pdf](http://marcelodvarella.org/Meio_Ambiente_files/Protecao%20internacional%20meio%20ambiente_2.pdf). Acesso em: dia mês ano.

**SCHLAGER, Edella; OSTROM, Elinor.** Property-rights regimes and natural resources: a conceptual analysis. Land Economics, v. 68, n. 3, 1992. Disponível em: [http://ostromworkshop.indiana.edu/reprints/R92\\_7.pdf](http://ostromworkshop.indiana.edu/reprints/R92_7.pdf). Acesso em: dia mês ano.

**TRAIL SMELTER CASE (United States/Canada).** Decisão de 28 fev. 1931. R.S.A., v. 29, p. 365-371. Disponível em: [http://untreaty.un.org/cod/riaa/cases/vol\\_XXIX/365-371.pdf](http://untreaty.un.org/cod/riaa/cases/vol_XXIX/365-371.pdf). Decisões de 16 abr. 1938 e 11 mar. 1941. R.S.A., v. 3, p. 1905-1982. Disponível em: [http://untreaty.un.org/cod/riaa/cases/vol\\_III/1905-1982.pdf](http://untreaty.un.org/cod/riaa/cases/vol_III/1905-1982.pdf). Acesso em: dia mês ano.

**VAN 'T VELD, Klaas; SHOGREN, Jason F.** Journal of Environmental Economics & Management, v. 63, n. 1, p. 105-119, jan. 2012. DOI: 10.1016/j.jeem.2011.05.004.

### **D.3 - ECONOMIA AMBIENTAL**

#### **Bibliografia Básica**

**FIELD, B. C.; FIELD, M. K.** Environmental Economics. Cap. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2tUwOQm>>.

**FIELD, B. C.; FIELD, M. K.** Environmental Economics. Caps. 2, 3, 4 e 5.

**FIELD, B. C.; FIELD, M. K.** Environmental Economics. Caps. 7 e 8.

**FIELD, B. C.; FIELD, M. K.** Environmental Economics. Caps. 9, 10 e 11.

**FIELD, B. C.; FIELD, M. K.** Environmental Economics. Caps. 12 e 13.

**FIELD, B. C.; FIELD, M. K.** Environmental Economics. pp. 11-13; Caps. 6 e 15.

**FIELD, B. C.; FIELD, M. K.** Environmental Economics. Cap. 16. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/141211\\_bru\\_9\\_web\\_cap3.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/141211_bru_9_web_cap3.pdf)>.[Quebra da Disposição de Texto]**FIELD, B. C.; FIELD, M. K.** Environmental Economics. pp. 294-304 (Cap. 15).

**GRAMKOW, Camila.** O Big Push Ambiental no Brasil. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/15256.pdf>>.

#### **Bibliografia Complementar**

**RAWORTH, Kate.** Um espaço justo e seguro para a humanidade: podemos viver dentro de um “donut”? Disponível em: <<https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/dp-a-safe-and-just-space-for-humanity-130212-pt.pdf>>

**ROMA, Jorge; et al.** Uma análise da economia de ecossistemas e da biodiversidade no Brasil (TEEB-Brasil). In: RESENDE, Guilherme Mendes (org.). *Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais*. Brasília: IPEA, 2014. p. 179–225.

**YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; MEDEIROS, Rodrigo (org.).** *Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras*. Conservação Internacional, 2018. Disponível em: <<https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Quanto-vale-o-verde.pdf>>

**MOURA, Alexandre.** Política ambiental federal no Brasil. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8470/1/Trajeto%20da%20pol%C3%ADtica%20ambiental%20federal%20no%20Brasil.pdf>>.

**MOURA, Alexandre.** Instrumentos de política ambiental. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4117187/mod\\_resource/content/1/AULA%20%20-%20DEBATE%20.%20Moura.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4117187/mod_resource/content/1/AULA%20%20-%20DEBATE%20.%20Moura.pdf)>.

**COMISSÃO SOBRE A MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO E PROGRESSO SOCIAL.** Relatório da Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social. Disponível em: [c3b3rio-da-comissc3a3o-sobre-a-mensurac3a7c3a3o-de-desempenho-econoc3b4mico-e-progresso-social.pdf](https://territorioobservatorio.files.wordpress.com/2013/04/relatc3b3rio-da-comissc3a3o-sobre-a-mensurac3a7c3a3o-de-desempenho-econoc3b4mico-e-progresso-social.pdf)

**BRAGA, Glena.** Além do PIB: o Relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA201006.pdf>

**ALVES, José Eustáquio Diniz.** Fronteiras planetárias 2.0. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2015/02/06/fronteiras-planetarias-2-0-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

**CAVALCANTI, Clóvis.** Pensamento socioambiental e a economia ecológica. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/43545/27093>

**STOFFEL, José Antônio; COLOGNESE, João Luís.** Desenvolvimento sustentável: perspectiva multidimensional. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/48/44>.

**GUERRY, Anne D.; et al.** Natural capital and ecosystem services informing decisions: from promise to practice. PNAS, v. 112, n. 24, p. 7348–7355, 2015. Disponível em: <http://www.pnas.org/content/pnas/112/24/7348.full.pdf>.

#### **D.4 - Instrumentos de Gestão Ambiental**

##### **Bibliografia Básica**

**BARROSO, Rafael Mendes C.; SOBEL, Tiago Farias.** Os incentivos por trás da tragédia dos comuns: soluções e estudo do caso da crise da pesca da lagosta no Ceará. *PIMES/UFPE*, [s.l.: s.n.], [s.d.].

**BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel.** *Fundamentos de política e gestão ambiental*. p. 599. (Cap. 5 – Política e Gestão Ambiental, fls. 179–273).

**CASTRO, Fábio de; MCGRATH, David.** O manejo comunitário de lagos na Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, v. 6, n. 12, p. 112–126, 2010.

**CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL.** Resolução nº 09, de 20 dez. 2017.

**CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL.** Resolução nº 10, de 20 dez. 2017.

**CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL.** Resolução nº 11, de 20 dez. 2017.

**FLORES, Maria do Socorro Almeida.** Áreas protegidas, instrumento de proteção, conservação e gestão da biodiversidade na Amazônia brasileira: experiência no âmbito do Estado do Pará. REUMAM, v. 1, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.reumam.net/index.php/revista/article/view/14>. Acesso em: 11 fev. 2019.

**FREITAS, Vladimir Passos; ORTIGARA, Rudinei José.** O pagamento por serviços ambientais e a preservação e gestão de recursos hídricos no Estado do Paraná. Revista Argumentum, v. 18, n. 3, p. 645–663, 2018.

**REINACH, Fernando.** A longa marcha dos grilos canibais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

### **Bibliografia Complementar**

**ALMEIDA, José Eustáquio Diniz.** Fronteiras planetárias 2.0. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2015/02/06/fronteiras-planetarias-2-0-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>.

**BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel.** Fundamentos de política e gestão ambiental. p. 599.

**CARMO, Taiane Novaes do; ABREU, Adriana Guimarães; LOPES, Luis Otávio do Canto; et al.** Conflitos socioambientais e gestão do território em unidades de conservação na zona costeira do Estado do Pará – Amazônia – Brasil. ResearchGate, 2018. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br:8080/jspui/handle/prefix/392>. Acesso em: 11 fev. 2019.

**CAVALCANTI, Clovis.** Pensamento socioambiental e a economia ecológica. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/43545/27093>.

**FILIPPE, José Antônio; FERREIRA, Manuel Alberto M.; COELHO, Manuel.** A “tragédia dos anti-comuns”: um novo problema na gestão de recursos. Os novos dilemas da pesca. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, v. 6, n. 1, p. 54–63, 2007.

**HARDIN, Garrett.** The tragedy of the commons. New York, 1968.

**NETO, Monzoni; PRESTES, Mario.** Análise dos custos e benefícios das políticas públicas: o caso dos instrumentos econômicos para gestão ambiental. 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/25964>. Acesso em: 11 fev. 2019.

**PRESTES, Laura Dias; PERELLO, Luís Fernando Carvalho; GRUBER, Nelson Luis Sambaqui.** Métodos para avaliar efetividade de gestão: o caso particular das Áreas de Proteção Ambiental (APAs). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 44, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/54880>. Acesso em: 11 fev. 2019.

**REINACH, Fernando.** A longa marcha dos grilos canibais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

**YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; STEFFEN, Priscila Geha.** Instrumentos econômicos são uma mão na roda. *Adiante*, n. 3, p. 36–38, 2018.

## **D.5 - Federalismo e Governança Ambiental**

### **Bibliografia Básica**

**SOARES, M. M.; MACHADO, J. A.** Federalismo e políticas públicas. Brasília: Enap, 2018. 112 p. cap. 1, p. 13-34.

**GADELHA, S. R. B.** Conceitos introdutórios sobre federalismo e federalismo fiscal. In: \_\_\_\_\_. Introdução ao federalismo e ao federalismo fiscal no Brasil. Brasília: Enap, 2017.

**SOARES, M. M.; MACHADO, J. A.** Federalismo e políticas públicas. Brasília: Enap, 2018. cap. 4, p. 71-102.

**GADELHA, S. R. B.** O caso brasileiro. In: \_\_\_\_\_. Introdução ao federalismo e ao federalismo fiscal no Brasil. Brasília: Enap, 2017.

**LASSANCE, A.** Federalismo no Brasil: trajetória institucional e alternativas para um novo patamar de construção do Estado. In: **LINHARES, P. T. F.; MENDES, C. C.; LASSANCE, A. (org.).** Federalismo à brasileira: questões para discussão. Brasília: Ipea, 2012. cap. 1, p. 23-35.

**ARRETCHE, M. T. S.** O mito da descentralização: maior democratização e eficiência das políticas públicas? Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 11, n. 31, p. 44-66, 1996.

**AZEVEDO, A.; PASQUIS, R.; BURSZTYN, M.** A reforma do Estado, a emergência da descentralização e as políticas ambientais. Revista do Serviço Público, v. 58, n. 1, p. 37-55, 2007.

**SCARDUA, F. P.; BURSZTYN, M. A. A.** Descentralização da política ambiental no Brasil. Sociedade e Estado, v. 18, n. 1/2, p. 257-290, 2003.

**MILARÉ, E.** Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

**BRASIL.** Lei Complementar nº 140, de 09 de dezembro de 2011. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 10 dez. 2011. Seção 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm). Acesso em: 10 fev. 2019.

**BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M.** Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Brasília: Garamond, 2013. cap. 4.

**MOURA, A. M. M.** Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. cap. 1, p. 13-44.

**MOURA, A. S.; BEZERRA, M. C.** Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. In: **MOURA, A. M. M. (org.).** *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. cap. 4, p. 91-110.

**LOPEZ, F. G.** Accountability e controle social na administração pública federal. In: **SILVA, F. S.; LOPEZ, F. G.; PIRES, R. R. C. (org.).** *Estado, instituições e democracia: democracia*. Brasília: Ipea, 2010. cap. 5, p. 185-210.

**WEISS, J. S.** O papel da sociedade na efetividade da governança ambiental. In: **MOURA, A. M. M. (org.)**. Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. cap. 13, p. 329-346.

**ALENCAR, J. L. O.** Participação social: institucionalização e integração ao ciclo de políticas públicas. In: **MONASTEIRO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. (org.)**. Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas. Brasília: Ipea, 2014. cap. 12, p. 261-278.

**MOURA, A. M. M.; FONSECA, I. G.** Conselho Nacional de Meio Ambiente: análise e recomendações de aperfeiçoamento. In: **MOURA, A. M. M. (org.)**. Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. cap. 3, p. 59-90.

**LINHARES, P. T.; CUNHA, A. S.; FERREIRA, A. P. L.** Cooperação federativa: a formação de consórcios entre entes públicos no Brasil. In: **LINHARES, P. T. F.; MENDES, C. C.; LASSANCE, A. (org.)**. Federalismo à brasileira: questões para discussão. Brasília: Ipea, 2012. cap. 2, p. 37-54.

**BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M.** Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Brasília: Garamond, 2013. cap. 8-9.

**BARROS-PLATIAU, A. F.** O Brasil na governança das grandes questões ambientais contemporâneas. In: **ACIOLY, L.; CINTRA, M. A. M. (org.)**. Inserção internacional brasileira: temas de política externa. Brasília: Ipea, 2010. cap. 5, p. 181-226.

### **Bibliografia Complementar**

**GADELHA, S. R. B.** Experiência internacional. In: \_\_\_\_\_. *Introdução ao federalismo e ao federalismo fiscal no Brasil*. Brasília: Enap, 2017.

**MELLO, C. A. B.** *Curso de direito administrativo*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

**ANDERSON, G.** *Federalismo: uma introdução*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

**CUNHA, A. S.; MEDEIROS, B. A.; AQUINO, L. M. C. (org.)**. *Estado, instituições e democracia: república*. Brasília: Ipea, 2010. 552 p.

**ABRUCIO, F. L.** De cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. In: **CUNHA, A. S.; MEDEIROS, B. A.; AQUINO, L. M. C. (org.)**. *Estado, instituições e democracia: república*. Brasília: Ipea, 2010. cap. 5, p. 177-208.

**LINHARES, P. T. F.; MENDES, C. C.; LASSANCE, A. (org.)**. *Federalismo à brasileira: questões para discussão*. Brasília: Ipea, 2012. 249 p.

**ARRECH, M.** Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 23-31, 2001.

**MONTEIRO NETO, A. (org.)**. *Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações governativas em debate*. Brasília: Ipea, 2014. 326 p.

**ARRECH, M. T.** Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.

**ANDERSSON, K. P.; OSTROM, E.** Analyzing decentralized resource regimes from a polycentric perspective. *Policy Sciences*, v. 41, n. 1, p. 71–93, 2008.

**FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS.** Environment in decentralized development: economic and institutional issues. Rome: FAO, 2002.

**GIBSON, C.; LEHOUCQ, F.** The local politics of decentralized environmental policy in Guatemala. *Journal of Environment and Development*, v. 12, n. 1, p. 28–49, 2003.

**NASCIMENTO, D. T.; BURSZTYN, M. A. A.** Descentralização da gestão ambiental: análise do processo de criação de organizações municipais de meio ambiente no sul catarinense. *Revista do Serviço Público*, v. 62, n. 2, p. 185–208, 2011.

**BURSZTYN, M. A. A.; ASSUNÇÃO-NETA, F.; BURSZTYN, M.** Aspectos legais e institucionais da gestão ambiental na Amazônia. In: SAYAGO, D.; TOURRAND, J. F.; BURSZTYN, M. (org.). *Amazônia: cenas e cenários*. Brasília: Editora UnB, 2004. p. 263–294.

**SCHMITT, J.; SCARDUA, F. P.** A descentralização das competências ambientais e a fiscalização do desmatamento na Amazônia. *Administração Pública*, v. 49, n. 5, p. 1121–1142, 2015.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Pesquisa de informações básicas municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <link não informado>. Acesso em: 5 maio 2012.

**MACHADO, P. A. L.** Direito ambiental brasileiro. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

**OLSON, M.** A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.** Guia da política de governança pública. Brasília: TCU, 2018. 88 p.

**CÂMARA, J. B. D.** Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 125–146, 2013.

**MOURA, A. M. M.** Caminhos para uma melhor governança na política ambiental brasileira. In: **MONASTEIRO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. (org.)**. *Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas*. Brasília: Ipea, 2014. cap. 5, p. 103–130.

**AVRITZER, L.** O papel da participação nas políticas sociais do governo federal. In: **SILVA, F. S.; LOPEZ, F. G.; PIRES, R. R. C. (org.)**. *Estado, instituições e democracia: democracia*. Brasília: Ipea, 2010. cap. 4, p. 161–184.

**PUTNAM, R. D.** *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5. ed. São Paulo: FGV, 2006.

**LEME, T. M. L.** Governança ambiental no nível municipal. In: **MOURA, A. M. M. (org.)**. *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. cap. 6, p. 147–174.

**ABRÚCIO, F. L.; SANO, H.** Associativismo intergovernamental: experiências brasileiras. Fundación Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais – IFCI; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Brasília: IABS, 2013.

**SILVA, A. P. M.; SAMBUICHI, R. H. R.** Estrutura institucional brasileira para a governança dos recursos florestais. In: MOURA, A. M. M. (org.). Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. cap. 8, p. 201–231.

**HOCHSTETLER, K.; KECK, M. E.** Greening Brazil: environmental activism in state and society. Durham, NC: Duke University Press, 2007.

**LORENZETTI, J. V.; CARRION, R. M.** Governança ambiental global: atores e cenários. Cadernos EBAPE.BR, v. 10, n. 3, p. 721–735, 2012.

**MOURA, A. M. M. et al.** Meio ambiente na agenda internacional: implementação no Brasil das convenções do Rio sobre biodiversidade, clima e desertificação. Texto para Discussão. Brasília: Ipea, 2016.

## **D.6 - Gestão Ambiental e Territorial**

### **Bibliografia Básica**

**ABRAMOVAY, R.** Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (org.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 113–128.

**CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.).** Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77–116.

**BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R.** Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER)**, 41., 2003, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: SOBER, 2003.

**BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M.** A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 405 p. BRASIL. Lei nº 10.250, de 10 de julho de 2001.

**BRASIL.** Decreto nº 9.309, de 15 de março de 2018.

**CÂMARA, G.; DAVIS, C.** Introdução. In: **CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V.** (org.). Introdução à ciência da geoinformação. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em: <<http://urlib.net/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43>>. Acesso em: maio 2019.

**V. CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J.** Ações de políticas públicas para o novo rural brasileiro sob o enfoque do desenvolvimento local. Extensão Rural, Santa Maria, n. 7, p. 1–24, 2000.

**RODRIGUES, G. S.; RODRIGUES, I.** Avaliação de impactos ambientais na agricultura. In: **KITAMURA, P. C.; GEBLER, L.; PALHARES, J.** (org.). Gestão ambiental agropecuária. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

**SACHS, I.** A gestão da qualidade do meio ambiente e o planejamento do desenvolvimento: algumas sugestões para ação. In: SACHS, I. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007. p. 33–53.

### **Bibliografia Complementar**

**ANDREOLI, M.; TELLARINI, V.** Farm sustainability evaluation: methodology and practice. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, v. 77, p. 43–52, 2000.

**MELLO-THERY, Neli Ap. de; THERY, Hervé.** Gestores e gestão ambiental nos municípios brasileiros. In: **CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar (Org.)**. Gestão ambiental: desafios e possibilidades. 1. ed. Curitiba: Editora CVR, 2014. p. 9–34.

**SABOURIN, E.** Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: **SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Eds.)**. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 21–37.

**THOMAZIELLO, Sueli.** Usos da terra e sua influência sobre a qualidade ambiental. In: **SANTOS, Rosely Ferreira dos (Org.)**. Vulnerabilidade ambiental: desastres naturais ou fenômenos induzidos? Brasília: MMA, 2007. p. 23–38.

## **D.7 - Desafios da conservação da biodiversidade no Brasil**

### **Bibliografia Básica**

**HOBBS, R. J.** Grieving for the past and hoping for the future. *Restoration Ecology*, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/rec.12014>.

**KAREIVA, P.; MARVIER, M.** What is conservation science? *BioScience*, v. 62, n. 11, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1525/bio.2012.62.11.5>.

**MACE, G. M.** Whose conservation? *Science*, 26 set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.1254704>.

**PRIMACK, R. B.; SHER, A. A.** An introduction to conservation biology. Sunderland, MA: Sinauer Associates, 2016. Cap. 2 e 4.

**ROCKSTRÖM, J. et al.** A safe operating space for humanity. *Nature*, v. 461, set. 2009.

**TILMAN, D.; CLARK, M.** Global diets link environmental sustainability and human health. *Nature*, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1038/nature13959>.

**PRIMACK, R. B.; SHER, A. A.** *An introduction to conservation biology*. Sunderland, MA: Sinauer Associates, 2016. Cap. 5, 6 e 7.

**CHAZDON, R.; GUARIGUATA, M. R.** Decision support tools for forest landscape restoration. *CIFOR Occasional Paper*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17528/cifor/006792>.

**FEBRABAN.** Financiamento da recomposição florestal com exploração econômica da reserva legal. São Paulo: Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, abr. 2018.

**FERRIER, S.; GUIBAN, A.** Spatial modelling of biodiversity at the community level. *Journal of Applied Ecology*, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2664.2006.01149.x>.

**PRIMACK, R. B.; SHER, A. A.** An introduction to conservation biology. Sunderland, MA: Sinauer Associates, 2016. Cap. 3, 9 e 10.

**SCARAMUZZA, C. A. M. et al.** Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade em Goiás. In: **FERREIRA, L. G. (Ed.)**. A encruzilhada socioambiental: biodiversidade, economia e sustentabilidade no Cerrado. Goiânia: Editora UFG, 2008.

**HILTY, J. A.; LIDICKER JR., W. Z.; MERENLENDER, A. M.** Corridor ecology: the science and practice of linking landscapes for biodiversity conservation. Washington, DC: Island Press, 2006.

**MACEDO, M.; CASTELLO, L.** State of the Amazon: freshwater connectivity and ecosystem health. In: **OLIVEIRA, D.; MARETTI, C. C.; CHARITY, S. (Eds.)**. Brasília: WWF Living Amazon Initiative, 2015.

**REED, J. et al.** Integrated landscape approaches to managing social and environmental issues in the tropics: learning from the past to guide the future. *Global Change Biology*, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/gcb.13284>.

**DINERSTEIN, E. et al.** A global deal for nature: guiding principles, milestones, and targets. *Science Advances*, 19 abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1126/sciadv.aaw2869>.

**PACHECO, A. A.; NEVES, A. C. O.; FERNANDES, G. W.** Uneven conservation efforts compromise Brazil to meet the Target 11 of Convention on Biological Diversity. *Perspectives in Ecology and Conservation*, 10 jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2017.12.001>.

**PIMM, S. L.; JENKINS, C. N.; LI, B. V.** How to protect half of Earth to ensure it protects sufficient biodiversity. *Science Advances*, 29 ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1126/sciadv.aat2616>.

**PRIMACK, R. B.; SHER, A. A.** *An introduction to conservation biology*. Sunderland, MA: Sinauer Associates, 2016. Capítulo 8.

**MORSELLO, C.** *Áreas protegidas públicas e privadas*. São Paulo: FAPESP; Annablume, [2006?]. p. 65–115.

**PROPÚBLICA.** An inconvenient truth: carbon credits don't work. Disponível em: <https://features.propublica.org/brazil-carbon-offsets/inconvenient-truth-carbon-credits-dont-work-deforestation-redd-acre-cambodia/>.

**UOL TECNOLOGIA.** Uma verdade ainda mais inconveniente. Disponível em: <https://tecnologia.uol.com.br/reportagens-especiais/uma-verdade-ainda-mais-inconveniente/index.htm#tematico-1>

**VERRA.** Not the full story. Disponível em: <https://verra.org/not-the-full-story/>

- ARAGÃO, L. E. O. C. et al.** 21st century drought-related fires counteract the decline of Amazon deforestation carbon emissions. *Nature Communications*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41467-017-02771-y>.
- ESQUIVEL-MUELBERT, A. et al.** Compositional response of Amazon forests to climate change. *Global Change Biology*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/gcb.14413>.
- FERREIRA, J. et al.** Carbon-focused conservation may fail to protect the most biodiverse tropical forests. *Nature Climate Change*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0225-7>.
- NOOJIPADY, P. et al.** Forest carbon emissions from cropland expansion in the Brazilian Cerrado biome. *Environmental Research Letters*, 2 fev. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1088/1748-9326/aa5986>.
- SONG, X. et al.** Annual carbon emissions from deforestation in the Amazon Basin between 2000 and 2010. *PLoS ONE*, 7 maio 2015. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0126754>.
- WRIGHT, J. S. et al.** Rainforest-initiated wet season onset over the southern Amazon. *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1621516114>.
- YANG, Y. et al.** Post-drought decline of the Amazon carbon sink. *Nature Communications*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41467-018-05668-6>.
- LEADLEY, P. W. et al.** *Progress towards the Aichi Biodiversity Targets: an assessment of biodiversity trends, policy scenarios and key actions*. Montreal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity, 2014. (Technical Series, 78).
- PINTO, S. R. et al.** Governing and delivering a biome-wide restoration initiative: the case of Atlantic Forest Restoration Pact in Brazil. *Forests*, 2014. DOI: <https://doi.org/10.3390/f50x000x>.
- PRIMACK, R. B.; SHER, A. A.** *An introduction to conservation biology*. Sunderland, MA: Sinauer Associates, 2016. Cap. 11.
- ROITMAN, I. et al.** Rural Environmental Registry: an innovative model for land-use and environmental policies. *Land Use Policy*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.04.037>.
- SOARES-FILHO, B. S.; SCARAMUZZA, C. A. de M.** Pathways for countrywide conservation in Brazil. In: **LEADLEY, P. W. et al.** *Progress towards the Aichi Biodiversity Targets*. Montreal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity, 2014.
- ACTO.** *Strategic action program: regional strategy for integrated water resources management in the Amazon Basin*. Brasília, DF: ACTO/OTCA, 2018.
- GREENPEACE BRASIL et al.** *Desmatamento zero na Amazônia: como e por que chegar lá*. 2017.
- DIAZ, S. et al.** Assessing nature's contributions to people. *Science*, 19 jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aap8826>.

**IPBES.** Summary for policymakers of the regional assessment report on biodiversity and ecosystem services for the Americas. Bonn: IPBES Secretariat, 2018. Disponível em: [https://www.ipbes.net/system/tdf/spm\\_americas\\_2018\\_digital.pdf](https://www.ipbes.net/system/tdf/spm_americas_2018_digital.pdf)

**LUNDQUIST, C. J. et al.** Visions for nature and nature's contributions to people for the 21st century. Wellington: NIWA, 2017. (NIWA Science and Technology Series, Report n. 83).

**MARGULES, C. R.; PRESSEY, R. L.** Systematic conservation planning. *Nature*, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1038/35012251>.

**SMITH, R. J. et al.** Synergies between the key biodiversity area and systematic conservation planning approaches. *Conservation Letters*, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/conl.12625>.

### **Bibliografia Complementar**

**BARLOW, J. et al.** The future of hyperdiverse tropical ecosystems. *Nature*, 25 jul. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41586-018-0301-1>.

**VEIGA, J. E.** A primeira utopia do Antropoceno. *Ambiente & Sociedade*, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEx002V2022017>.

**CEBALLOS, G.; EHRLICH, P. R.; DIRZO, R.** Biological annihilation via the ongoing sixth mass extinction signaled by vertebrate population losses and declines. *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, 10 jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1704949114>.

**HUBBELL, S. P. et al.** How many tree species are there in the Amazon and how many of them will go extinct? *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, 12 ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.0801915105>.

**ROQUE, F. O. et al.** Warning signals of biodiversity collapse across gradients of tropical forest loss. *Scientific Reports*, 26 jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-018-19985-9>.

**LENNOX, G. D. et al.** Second rate or a second chance? Assessing biomass and biodiversity recovery in regenerating Amazonian forests. *Global Change Biology*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/gcb.14443>.

**NEWMARK, W. D. et al.** Targeted habitat restoration can reduce extinction rates in fragmented forests. *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1705834114>.

**REID, J. L.; FAGAN, N. E.; ZAHAWI, R. A.** Positive site selection bias in meta-analyses comparing natural regeneration to active forest restoration. *Science Advances*, 16 maio 2018. DOI: <https://doi.org/10.1126/sciadv.aas9143>

**WATSON, J. E. M. et al.** The exceptional value of intact forest ecosystems. *Nature Ecology & Evolution*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41559-018-0490-x>.

- BÜRGI, M. et al.** Integrated landscape approach: closing the gap between theory and application. *Sustainability*, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3390/su9081371>.
- GUTZWILLER, K. J.** Applying landscape ecology in biological conservation. New York: Springer, 2002.
- LINDENMAYER, D. B.; FISCHER, J.** Habitat fragmentation and landscape change. Washington, DC: Island Press, 2006.
- DINERSTEIN, E. et al.** An ecoregion-based approach to protecting half the terrestrial realm. *BioScience*, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1093/biosci/bix014>.
- GELDMANN, J. et al.** A global analysis of management capacity and ecological outcomes in terrestrial protected areas. *Conservation Letters*, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/conl.12434>.
- SCHULZE, K. et al.** An assessment of threats to terrestrial protected areas. *Conservation Letters*, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/conl.12435>.
- SOBRAL-SOUZA, T. et al.** Efficiency of protected areas in Amazon and Atlantic Forest conservation: a spatio-temporal view. *Acta Oecologica*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.actao.2018.01.001>.
- VENTER, O. et al.** Targeting global protected area expansion for imperiled biodiversity. *PLoS Biology*, 24 jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1001891>.
- VENTER, O. et al.** Bias in protected-area location and its effects on long-term aspirations of biodiversity conventions. *Conservation Biology*, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/cobi.12970>.
- WATSON, J. E. M.; VENTER, O.** A global plan for nature conservation. *Nature*, v. 550, 5 out. 2017.
- FINANCIAL TIMES.** Central banks are finally taking up the climate change challenge. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/9cb58454-6755-11e9-9adc-98bf1d35a056>>
- THE NEW YORK TIMES.** Climate change poses major risks to financial markets, regulator warns. 11 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/06/11/climate/climate-financial-market-risk.html>>
- BACCINI, A. et al.** Tropical forests are a net carbon source based on aboveground measurements of gain and loss. *Science*, 28 set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aam5962>.
- BUSCH, J. et al.** Potential for low-cost carbon dioxide removal through tropical reforestation. *Nature Climate Change*, jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41558-019-0485-x>.
- HOUGHTON, R. A.; NASSIKAS, A. A.** Negative emissions from stopping deforestation and forest degradation, globally. *Global Change Biology*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/gcb.13876>.
- PEARSON, T. et al.** Greenhouse gas emissions from tropical forest degradation: an underestimated source. *Carbon Balance and Management*, 2017.

**PÖHLKER, C. et al.** Biogenic potassium salt particles as seeds for secondary organic aerosol in the Amazon. *Science*, 31 ago. 2012.

**FEBRABAN.** Instituições financeiras e a gestão do risco de financiamento. São Paulo, maio 2018.

**GALAZ, V. et al.** Tax havens and global environmental degradation. *Nature Ecology & Evolution*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41559-018-0497-3>.

**HWANG, J.** Cost-benefit analysis: its usage and critiques. *Journal of Public Affairs*, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1002/pa.1565>.

**KARAM-GEMAEL, M. et al.** Poor alignment of priorities between scientists and policymakers highlights the need for evidence-informed conservation in Brazil. *Perspectives in Ecology and Conservation*, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2018.06.002>.

**MC FARLAND, W.; WHITLEY, S.; KISSINGER, G.** Subsidies to key commodities driving forest loss. London: ODI, mar. 2015. (Working Paper).

**BEBBINGTON, A. J. et al.** Resource extraction and infrastructure threaten forest cover and community rights. *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, 26 dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1812505115>.

**BERG, J. (Ed.).** Special collection: the Amazon. *Science Advances*, 2017.

**BRICHERI-COLOMBI, T. A. et al.** Standardizing the evaluation of community-based conservation success. *Ecological Applications*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/eap.1788>.

**BOWMAN, M. S. et al.** Persistence of cattle ranching in the Brazilian Amazon: a spatial analysis of the rationale for beef production. *Land Use Policy*, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2011.09.009>.

**HECHT, S. B.** Capital accumulation and the livestock sector in Eastern Amazonia. *World Development*, v. 13, n. 6, 1985.

**HECHT, S. B.** The logic of livestock and deforestation in Amazonia. *BioScience*, v. 43, n. 10, nov. 1993.

**KRÖGER, M.** The new “sustainable communitarian” logging schemes and their critique inside multiple-use conservation areas in the Brazilian Amazon: preliminary notes. *Globalizations*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/14747731.2018.1474032>.

**MC MANUS, C. et al.** Dynamics of cattle production in Brazil. *PLoS ONE*, 27 jan. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0147138>.

**SANTOS, R.; COSTA DO LAGE, M.** Slaughterhouses promote sustainable intensification of cattle ranching in Amazonia and the Cerrado? *Sustainability*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3390/su10093266>.

**SCHIELLEIN, J.; BÖRNER, J.** Recent transformations of land use and land cover dynamics across different deforestation frontiers in the Brazilian Amazon. *Land Use Policy*, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.04.052>.

**SONTER, L. J. et al.** Mining drives extensive deforestation in the Brazilian Amazon. Nature Communications, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41467-017-00557-w>.

**SONTER, L. J. et al.** Mining and biodiversity: key issues and research needs in conservation science. Proceedings of the Royal Society B, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1098/rspb.2018.1926>.

**THE NEW YORK TIMES.** Humans are speeding extinction and altering the natural world at an “unprecedented” pace. 6 maio 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/05/06/climate/biodiversity-extinction-united-nations.html>

**IPBES.** Summary for policymakers of the assessment report on pollinators, pollination and food production. Bonn: IPBES Secretariat, 2016. Disponível em:

<[https://www.ipbes.net/system/tdf/spm\\_deliverable\\_3a\\_pollination\\_20170222.pdf](https://www.ipbes.net/system/tdf/spm_deliverable_3a_pollination_20170222.pdf)>

**IPBES.** Summary for policymakers of the assessment report on land degradation and restoration. Bonn: IPBES Secretariat, 2018. Disponível em: <https://www.ipbes.net/assessment-reports/ldr>

**BALL, I. R.; POSSINGHAM, H. P.; WATTS, M.** Marxan and relatives: software for spatial conservation prioritisation. In: **MOILANEN, A.; WILSON, K. A.; POSSINGHAM, H. P. (Eds.).** Spatial conservation prioritisation: quantitative methods and computational tools. Oxford: Oxford University Press, 2009. Cap. 14.

**BOTTS, E. A. et al.** Practical actions for applied systematic conservation planning. Conservation Biology, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/cobi.13321>.

**RODRIGUES, A. S. L.; BROOKS, T. M.** Shortcuts for biodiversity conservation planning: the effectiveness of surrogates. Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics, 2007.

## **D.8 - Mudança do Clima e Desenvolvimento**

### **Bibliografia Básica**[Quebra da Disposição de Texto]

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).**[Quebra da Disposição de Texto]Plano ABC deve contribuir para redução de CO<sub>2</sub> em até 40% até 2020[Quebra da Disposição de Texto]<http://www.agricultura.gov.br/noticias/plano-abc-deve-contribuir-para-reducao-de-co2-em-40-ate-5-2020>

**Fundação Getúlio Vargas – Biblioteca Digital.**[Quebra da Disposição de Texto]Quem cumpre as decisões?[Quebra da Disposição de Texto]<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24900/Quem%20Cumpr%20as%20Decis%C3%B5es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

**SEEG – Setor Agropecuária**[Quebra da Disposição de Texto]Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa.[Quebra da Disposição de Texto]<http://plataforma.seeg.eco.br/sectors/agropecuaria>

**SEEG** – Emissões Totais de GEE no Brasil [http://plataforma.seeg.eco.br/total\\_emission](http://plataforma.seeg.eco.br/total_emission)

**SEEG 6: Lançamento Geral (2018)[Quebra da Disposição de Texto]Observatório do Clima.** <http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2018/11/PPT-SEEG-6-LANCAMENTO-GERAL-2018.11.21-FINAL-DIST-compressed.pdf>

**Modelling Land Use Change in Brazil: 2000–2050 REDD-PAC Project,** 2015. <http://www.redd-pac.org/index.php>

**Impacts of forestation and deforestation on local temperature across the globe Prevedello et al., 2019 (PLOS ONE).** <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0213368>

**Land use: Reducing emissions and preparing for climate change UK Committee on Climate Change.**

**Zero Carbon Latin America Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP).**

### **Bibliografia Complementar**

**SEYMOUR, Frances; BUSCH, Jonah.** Why forests? Why now? The science, economics, and politics of tropical forests and climate change. San Francisco: Center for Global Development, 2016. ISBN 978-1-933286-85-3.

**ARIMA, E. Y. et al.** Public policies can reduce tropical deforestation: lessons and challenges from Brazil. *Land Use Policy*, Amsterdam, v. 41, p. 465–473, 2014.

**ASSUNÇÃO, J. et al.** Deforestation slowdown in the Brazilian Amazon: prices or policies? *Environment and Development Economics*, Cambridge, v. 20, n. 6, p. 697–722, 2015.

**NEPSTAD, D. et al.** Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. *Science*, Washington, v. 344, n. 6188, p. 1118–1123, 2014.

**ZARIN, D. J. et al.** Can carbon emissions from tropical deforestation drop by 50% in 5 years? *Global Change Biology*, Hoboken, v. 22, n. 4, p. 1336–1347, 2016.

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA.** *Legislação florestal e de uso da terra: uma comparação internacional – Argentina, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha e Estados Unidos.* Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.inputbrasil.org/wp-content/uploads/2017/10/Legislacao\\_Florestal\\_e\\_de\\_Uso\\_da\\_Terra\\_Uma\\_Comparacao\\_Internacional\\_CPI.pdf](https://www.inputbrasil.org/wp-content/uploads/2017/10/Legislacao_Florestal_e_de_Uso_da_Terra_Uma_Comparacao_Internacional_CPI.pdf).

**CARBON BRIEF.** *The impacts of climate change at 1.5°C and 2°C.* [S. l.], c 2018. Disponível em: <https://interactive.carbonbrief.org/impacts-climate-change-one-point-five-degrees-two-degrees/>.

## **D.9 - Multilateralismo e Governança Global em Meio Ambiente**

### **Bibliografia Básica**

**INOUE, C. Y. A.** Regime global de biodiversidade: o caso Mamirauá. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. Cap. 1: Globalização e política ambiental global.

**VEIGA, José Eli da.** O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra. São Paulo: Editora 34, 2019.

**BARROS-PLATIAU, A. F.; VARELLA, M.; SCHLEICHER, R. T.** Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 2, p. 100-130, 2004.

**UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP).** Global Environment Outlook – GEO-6. Nairobi: UN Environment, 2019. Disponível em:[Quebra da Disposição de Texto]<https://www.unenvironment.org/resources/global-environment-outlook-6>.

**GONÇALVES, V. K.; INOUE, C. Y. A.** Governança global: uma ferramenta de análise. In: BRASIL E O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS. Desafios e oportunidades na governança global. Brasília: IPEA, 2017. p. 26-57. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8291>.

**FRANCHINI, M.; VIOLA, E.; BARROS-PLATIAU, A. F.** Los desafíos del Antropoceno: de la política ambiental internacional hacia la gobernanza global. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 177-202, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc214v2022017>.

**INOUE, C. Y. A.** Regime global de biodiversidade: o caso Mamirauá. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. Cap. 3: Discussão conceitual: indivíduos como atores na política mundial, redes e comunidades epistêmicas, regimes internacionais e regimes globais.

**LOVEJOY, T.; INOUE, C. Y. A.** O cluster da biodiversidade. In: **O BRASIL NA AGENDA INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** um olhar externo sobre os desafios e oportunidades nas negociações de clima, biodiversidade e substâncias químicas. 1. ed. Brasília: IBAMA, 2013. p. 11-71. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/desenvolvimento-sustent%C3%A1vel/category/148-geral?download=1002:o-brasil-na-agenda-internacional-para-o-desenvolvimento-sustentavel>.

**DIMITROV, R.** The Paris Agreement on Climate Change: behind closed doors. *Global Environmental Politics*, v. 16, n. 1, p. 1-11, 2016. DOI: [https://doi.org/10.1162/GLEP\\_a\\_00361](https://doi.org/10.1162/GLEP_a_00361). Disponível em: [https://www.mitpressjournals.org/doi/10.1162/GLEP\\_a\\_00361](https://www.mitpressjournals.org/doi/10.1162/GLEP_a_00361).

**BARROS-PLATIAU, A. F.; BARROS, J. G. C.; MAZZEGA, P.; OLIVEIRA, L. P. S.** Correndo para o mar no Antropoceno: a complexidade da governança dos oceanos e a estratégia brasileira de gestão dos recursos marinhos. *Revista de Direito Internacional*, v. 12, p. 149-168, 2015. Disponível em: [Quebra da Disposição de Texto] <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/3292>.

**MAZZEGA, P.; BARROS-PLATIAU, A. F.** Pesca mundial e aquicultura: quais os desafios para a gestão sustentável dos recursos marinhos? In: **MONT'ALVERNE, T. (org.)**. Proteção dos recursos marinhos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

**DÍAZ, S. et al.** The IPBES conceptual framework — connecting nature and people. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 14, p. 1-16, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2014.11.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S187734351400116X>.

**PASCUAL, U. et al.** Valuing nature's contributions to people: the IPBES approach. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 26-27, p. 7-16, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2016.12.006>. Disponível em: [Quebra da Disposição de Texto] <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877343517300040>.

**TENGÖ, M. et al.** Weaving knowledge systems in IPBES, CBD and beyond — lessons learned for sustainability. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 26-27, p. 17-25, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2016.12.005>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877343517300039>.

### **Bibliografia Complementar**

**DAUVERGNE, Peter (ed.)**. Handbook of Global Environmental Politics. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2005. p. 8–32.

**ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD)**. *Development cooperation report 2018: joining forces to leave no one behind*. Paris: OECD, 2018. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/development-co-operation-report-2018/20747721.htm>.

**ANDONOVA, L. B.; HOFFMANN, M. J.** From Rio to Rio and beyond: innovation in global environmental governance. *The Journal of Environment & Development*, v. 21, n. 1, p. 57–61, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1070496511436278>.

**FRANCHINI, M.; VIOLA, E.; BARROS-PLATIAU, A. F.** Los desafíos del Antropoceno: de la política ambiental internacional hacia la gobernanza global. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 177–202, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc214v2022017>.

**CARVALHO, Fernanda Viana de**. The Brazilian position on forests and climate change from 1997 to 2012: from veto to proposition. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 55, n. especial, p. 144–169, 2012. ISSN 0034-7329.

**KOZIELL, I.; INOUE, C. Y. A.** Mamirauá Sustainable Development Reserve, Brazil: lessons learnt in integrating conservation with poverty reduction. London: International Institute for Environment and Development, 2006. 75 p.

**INOUE, Cristina Yumie Aoki.** Governance of global climate change in the Brazilian Amazon: the case of Amazonian municipalities of Brazil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 55, n. especial, p. 170–189, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v55nspe/10.pdf>.

**MORAES, Rodrigo Fracalossi de.** The parting of the seas: norms, material power and state control over the ocean. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 62, n. 1, 2019. ISSN 0034-7329.

**INOUE, Cristina Yumie Aoki.** Worlding the study of global environmental politics in the Anthropocene: indigenous voices from the Amazon. *Global Environmental Politics*, v. 18, p. 25–42, 2018. Disponível em: [https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/glep\\_a\\_00479](https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/glep_a_00479).

**INOUE, Cristina Yumie Aoki; MOREIRA, Paula Franco.** Many worlds, many nature(s), one planet: indigenous knowledge in the Anthropocene. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 49, p. 1–19, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292016000200208&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292016000200208&script=sci_abstract).

**KENTER, Jasper.** IPBES: don't throw out the baby whilst keeping the bathwater; put people's values central, not nature's contributions. *Ecosystem Services*, v. 33, parte A, p. 40–43, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2018.08.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212041618301384>.

## D.10 - Gestão de Projetos

### Bibliografia Básica

**FRASSON, Ieda.** Tipos de avaliação. In: Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. p. 227-233.

**KERZNER, Harold.** *Gestão de projetos: as melhores práticas*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. p. 40-51.

**PFEIFFER, Peter.** *Gerenciamento de projetos de desenvolvimento: conceitos, instrumentos e aplicações*. Rio de Janeiro: Brasport, 2005. p. 18-35.

**PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE.** *Um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK®)*. 5. ed. Newtown Square: Project Management Institute, 2013.

**VARGAS, Ricardo.** Análise de valor agregado. In: Análise de valor agregado: revolucionando o gerenciamento de custos e prazos. Rio de Janeiro: Brasport, 2005. p. 15-23.

**VALARELLI, Leandro Lamas.** A gestão de projetos e a construção e o uso de indicadores. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

### **Bibliografia Complementar**

**ASCHER, Petra; GUIMARÃES, Alice.** Elaboração de sistemas de monitoramento de impacto em projetos do Programa Piloto. In: **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS:** métodos e experiências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. (Série Monitoramento e Avaliação). p. 221–243.

**BOLAY, F. W.** Planejamento de projeto orientado por objetivos: método ZOPP. Recife: GTZ, 1993.

**COTTA, Tereza C.** Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. Revista do Serviço Público, Brasília: ENAP, n. 49, p. 103–124, 1998.

**PRADO, Darci.** MMGP – um modelo brasileiro de maturidade em gerenciamento de projetos. 2005. Disponível em: <<http://pontogp.wordpress.com/2006/05/06/mmgp>>.

**KERZNER, Harold R.** Using the project management maturity model: strategic planning for project management. 2nd ed. [S.l.]: Wiley, 2005.

**PFEIFFER, Peter.** O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. Revista do Serviço Público, Brasília, ano 51, v. 1, p. 81–123, jan./mar. 2000.

## **D.11 - Mediação de Conflitos Socioambientais e Controle Social em Políticas Ambientais**

### **Bibliografia Básica**

**TAGLIALEGNA, Gustavo Henrique Fideles; CARVALHO, Paulo Afonso Francisco de.** Atuação de grupos de pressão na tramitação do projeto de lei de biossegurança. Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, v. 43, n. 169, p. 161–188, jan./mar. 2006. Disponível em:

<[https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/43/169/ril\\_v43\\_n169\\_p161.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/43/169/ril_v43_n169_p161.pdf)>.

**ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora.** Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 151–167, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/08.pdf>>.

**LOSEKANN, Cristiana.** Participação da sociedade civil na política ambiental do Governo Lula. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 179–200, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n1/12.pdf>>.

**BELLIX, Laila; GUIMARÃES, Caroline Burle S.; MACHADO, Jorge Alberto Silva.** Qual conceito de governo aberto? Uma aproximação aos seus princípios. *GIGAPP Estudos / Working Papers*, Madrid, n. 55–59, p. 78–91, 2017. Disponível em: <[http://www.gigapp.org/administrator/components/com\\_jresearch/files/publications/2017-59.pdf](http://www.gigapp.org/administrator/components/com_jresearch/files/publications/2017-59.pdf)>.

**MORGADO, Renato Pellegrini et al.** Sob a lupa do governo aberto: uma análise das políticas de clima, floresta e agricultura no Brasil. Piracicaba: Imaflora, 2019. Disponível em <[http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/5cd01c5de6465\\_boletim\\_sob\\_a\\_lupa\\_gov\\_aberto.pdf](http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/5cd01c5de6465_boletim_sob_a_lupa_gov_aberto.pdf)>.

**ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens.** Conflitos ambientais. 2010. Disponível em: <[https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wpcontent/uploads/2014/04/ZHOURI\\_\\_LASCHEFSKI\\_-\\_Conflitos\\_Ambientais.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wpcontent/uploads/2014/04/ZHOURI__LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf)>.

**SOUZA, Leandro Ricarte Castro de; MILANEZ, Bruno.** Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. *Perspectiva Geográfica*, v. 11, p. 2–12, 2016. Disponível em: <<http://131.255.84.97/index.php/pgeografica/article/view/15568/10496>>.

**BRASIL.** Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conflitos: estratégias de enfrentamento e mediação. Brasília: MMA, 2015. Disponível em: <[http://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/108/mod\\_data/content/2034/caderno4.pdf](http://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/108/mod_data/content/2034/caderno4.pdf)>.

### **Bibliografia Complementar**

**MEDEIROS, Estela Alves de; GOMES, Ricardo Corrêa.** Coalizões de advocacia e estratégias de negociação na revisão do Código Florestal. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 1–22, fev. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v53n1/1982-3134-rap-53-01-1.pdf>>.

**MANCUSO, Wagner Pralon; GOZETTO, Andréa Cristina Oliveira.** *Lobby e políticas públicas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

**SANTOS, Manoel Leonardo; MANCUSO, Wagner Pralon; BAIRD, Marcello Fragano; RESENDE, Ciro Antônio da Silva.** *Lobbying no Brasil: profissionalização, estratégias e influência*. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. (Texto para Discussão, n. 2334). p. 1–57. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php>>.

**CABRAL, Eugênia Rosa.** Ação política do empresariado industrial em processos de produção de normas ambientais no Legislativo Federal: correlação entre participação e influência. *Política & Sociedade*, Florianópolis, p. 141–171, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15676/14198>>.

**LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silvia.** Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972–1992). *Revista de Administração Pública*, v. 29, n. 4, p. 137–153, 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8267/7052>>.

**JACOBI, Pedro.** Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação das práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (org.). Patrimônio ambiental. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 519–543. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/322420-Movimento-ambientalista-no-brasil-representacao-social-e-complexidade-da-articulacao-de-praticas-coletivas.html>>.

**AVRITZER, Leonardo.** Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para Discussão, n. 1739). p. 7–24. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td\\_1739.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1739.pdf)>.

**COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).** Acceso a la información, la participación y la justicia en asuntos ambientales en América Latina y el Caribe: hacia el logro de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. Santiago: CEPAL, 2018. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43301/4/S1701021\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43301/4/S1701021_es.pdf)>.

**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA).** Estrategia interamericana para la promoción de la participación pública en la toma de decisiones sobre desarrollo sostenible. Washington, D.C.: OEA, 2001. Disponível em: <[https://www.oas.org/dsd/PDF\\_files/ispspanish.pdf](https://www.oas.org/dsd/PDF_files/ispspanish.pdf)>.

**UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP).** Poner en práctica el Principio 10 de Río. Nairóbi: UNEP, 2015. Disponível em: <<https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/11201/UNEP%20MGSB-SGBS%20BALI%20GUIDELINES-Spanish-Interactive.pdf>>.

**JACOBI, Pedro Roberto; BARBI, Fabiana.** Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 237–244, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a12v10n2.pdf>>.

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).** *Processo político e decisório no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriosconselhos/110506\\_conama.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriosconselhos/110506_conama.pdf)>.

**FONSECA, Igor Ferraz; REZENDE, Raimor Rezende; OLIVEIRA, Marília Silva de; PEREIRA, Ana Karine.** Audiências públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo Federal. *Revista do Serviço Público*, v. 64, p. 7–29, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/artigo\\_rsp\\_2013.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/artigo_rsp_2013.pdf)>.

**MORGADO, Renato Pellegrini et al.** *Sob a lupa do governo aberto: uma análise das políticas de clima, floresta e agricultura no Brasil – relatório completo*. Piracicaba: Imaflora, 2019. Disponível em: <[http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/5cd01dc4b7484\\_relatorio\\_sob\\_a\\_lupa\\_gov\\_aberto.pdf](http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/5cd01dc4b7484_relatorio_sob_a_lupa_gov_aberto.pdf)>.

**MORGADO, Renato Pellegrini.** Democracia ambiental e Princípio 10 no Brasil: panorama, estudos de caso e o potencial do acordo regional. São Paulo: Artigo 19, 2016. Disponível em: <<https://artigo19.org/blog/2016/04/11/democracia-ambiental-e-principio-10-no-brasil-panorama-estudos-de-caso-e-potencial-do-acordo-regional/>>.

**VALDIONES, Ana Paula; THUAULT, Alice.** Avaliação da transparência das informações ambientais na Amazônia. Cuiabá: ICV, 2019. Disponível em: <<https://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2019/02/2019-transparenciaflorestal-amazonia.pdf>>.

**INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA (IMAFLORA).** Trilha de governo aberto. Série de vídeos. Disponível em: <<https://trilha.imaflora.org/>>.

**ACSELRAD, Henri.** Conflitos ambientais: a atualidade do objeto e as práticas espaciais. In: ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 7–35. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/590751/mod\\_resource/content/1/Conflitos%20Ambientais%20no%20Brasil.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/590751/mod_resource/content/1/Conflitos%20Ambientais%20no%20Brasil.pdf)>.

**SANTOS, Leonardo Bis dos.** Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. 12, n. 1, p. 133–150, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a10.pdf>>.

**ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves.** O que é justiça ambiental? Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

**ACSELRAD, Henri.** Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>>.

**LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier.** Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53–71, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a04v11n1.pdf>>.

**MUNIZ, Lenir Moraes.** Ecologia política: o campo de estudo dos conflitos socioambientais. *Revista Pós-Ciências Sociais*, UFMA, v. 6, n. 12, p. 181–196, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/64/45>>.

**VIÉGAS, Rodrigo Nuñez.** As resoluções de conflito ambiental na esfera pública brasileira: uma análise crítica. Confluências, Niterói, v. 9, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34325/19726>>.

**SOARES, Samira lasbeck de Oliveira.** Mediação de conflitos ambientais: um novo caminho para a governança da água no Brasil? Curitiba: Juruá, 2010.

**THEODORO, Suzi Huff (org.).** Mediação de conflitos socioambientais. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

## D.12 - Políticas Públicas de Meio Ambiente

### Bibliografia Básica

**BRASIL.** Controladoria-Geral da União (CGU). Avaliação de políticas públicas: guia de análise ex ante. Brasília: CGU, s.d. Cap. 3 e 4. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/guia-analise-ex-ante.pdf>>

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).** Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <ONU\_agenda2030-pt-br.pdf>.

**BRASIL.** Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008. Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE. Diário Oficial da União, Brasília, 28 nov. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6666.htm)>.

**INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS ESPACIAIS (INDE).** Portal da INDE. Disponível em: <<https://www.inde.gov.br/>>

**SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS.** Serviços ecossistêmicos. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Documento em formato PDF. Arquivo digital.

**DISTRITO FEDERAL.** Lei nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019. Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, 30 jan. 2019. Arts. 1º a 8º; 35 a 38 e mapas anexos. Disponível em: <[http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/912a61dfc1134ffebbb691aa3e864673e/Lei\\_6269\\_29\\_01\\_2019.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/912a61dfc1134ffebbb691aa3e864673e/Lei_6269_29_01_2019.html)>.

**BRASIL.** Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jan. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm)>

**FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA (8.).** Carta dos Juízes. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5400077/carta-de-brasilia-traz-diretriz-para-julgar-direito-fundamental-agua>>.

**BRASIL.** Controladoria-Geral da União (CGU). Avaliação de políticas públicas: guia de análise ex ante. Brasília: CGU, s.d. Cap. 6. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/guia-analise-ex-ante.pdf>>.

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Agenda 2030. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.

**BRASIL.** Ministério do Meio Ambiente (MMA). Acordo de Paris sobre alterações climáticas. Brasília: MMA, s.d. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/Bases\\_elaboracao\\_INDC.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/Bases_elaboracao_INDC.pdf)>

**BRASIL.** Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, 3 ago. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)

### **Bibliografia Complementar**

**BRASIL.** Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR). Apresentação. Disponível em: <https://www.concar.gov.br/apresentacao.aspx>.

**SÃO PAULO (Estado).** Secretaria de Meio Ambiente. Geoportal ambiental do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://datageo.ambiente.sp.gov.br/>

**DISTRITO FEDERAL.** Decreto nº 39.469, de 22 de novembro de 2018. Dispõe sobre a compensação florestal no Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, 23 nov. 2018. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Norma/5a683083abb040f4abd5a801055bd288/Decreto\\_39469\\_22\\_11\\_2018.html](http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Norma/5a683083abb040f4abd5a801055bd288/Decreto_39469_22_11_2018.html).

**DISTRITO FEDERAL.** Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Caderno técnico da matriz ecológica. Brasília: ZEE-DF, 2018. p. 23–48. Disponível em: [http://www.zee.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/ZEEDF\\_CT01\\_Matriz-Ecologica.pdf](http://www.zee.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/ZEEDF_CT01_Matriz-Ecologica.pdf).

**LATOUR, Bruno.** Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia. São Paulo: EDUSC, 2004. Documento digital.

**REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES (RENTAS).** Relatório nacional sobre o tráfico de animais silvestres. Brasília: RENTAS, 2001. Disponível em: [http://www.rentas.org.br/wp-content/uploads/2014/02/REL\\_RENTAS\\_pt\\_final.pdf](http://www.rentas.org.br/wp-content/uploads/2014/02/REL_RENTAS_pt_final.pdf)

**BRASIL.** Câmara dos Deputados. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Animais Silvestres. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: [http://www.rentas.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Rel\\_Fin\\_CPI\\_Trafico\\_1.pdf](http://www.rentas.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Rel_Fin_CPI_Trafico_1.pdf)

**BRASIL.** Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). *Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)*. Disponível em: <http://www.cnrh.gov.br/2013-10-27-00-11-7>.

**BRASIL.** Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). *Enquadramento dos corpos d'água: bases legais*. Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 396/2008, nº 397/2008 e Resolução CNRH nº 91/2008. Disponível em: <http://pnqa.ana.gov.br/enquadramento-bases-legais.aspx>.

**FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA (8.).** Documentos e acordos firmados. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2018/03/26/acordos-firmados-no-8o-forum-mundial-da-agua-fortalecem-consciencia-sustentavel/>

**COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (CEIVAP).** *Cobrança pelo uso da água: diretrizes*. Disponível em: <http://www.ceivap.org.br/downloads/pgmh-re-010-r0-vol7.pdf>

**BRASIL.** Ministério do Meio Ambiente (MMA). Acordo de Paris. Brasília: MMA, 2015. Disponível em:

<[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/Acordo\\_Paris.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/Acordo_Paris.pdf)>.

**BRASIL.** Ministério do Meio Ambiente (MMA). Acordo de Paris: informações gerais.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>>

**BRASIL.** Ministério do Meio Ambiente (MMA). Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Brasília: MMA, 2008. Disponível em:

<[http://www.mma.gov.br/estruturas/smcq\\_climaticas/\\_arquivos/plano\\_nacional\\_mudanca\\_clima.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/smcq_climaticas/_arquivos/plano_nacional_mudanca_clima.pdf)>

**UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC).** Manual

de contabilidade de emissões sob o Protocolo de Quioto. Bonn: UNFCCC, 2008. Disponível

em: <[https://unfccc.int/resource/docs/publications/08\\_unfccc\\_kp\\_ref\\_manual.pdf](https://unfccc.int/resource/docs/publications/08_unfccc_kp_ref_manual.pdf)>

Avaliação de Políticas Públicas – capítulos 7 e 8: <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes>

**BRASIL.** Ministério do Meio Ambiente (MMA). Avaliação ambiental estratégica. Brasília:

MMA, s.d. Cap. 2. Disponível em:

<[http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_pnla/\\_arquivos/aae.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/aae.pdf)>

## D.13 - Avaliação de Políticas Ambientais

### Bibliografia Básica

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA**

**APLICADA (IPEA).** Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex ante*. Brasília:

IPEA, 2018. v. 1. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180319\\_avaliacao\\_de\\_politicas\\_publicas.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180319_avaliacao_de_politicas_publicas.pdf)>. Acesso em: set. 2019.

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA**

**APLICADA (IPEA).** Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post*. Brasília:

IPEA, [2018]. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218\\_avaliacao\\_de\\_politicas\\_publicas\\_vol2\\_guia\\_expost.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218_avaliacao_de_politicas_publicas_vol2_guia_expost.pdf)>. Acesso em: set. 2019.

**ASSIS, M. P.** et al. Avaliação de políticas ambientais: desafios e perspectivas. *Saúde e*

*Sociedade*, São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 7–20, 2012. Disponível em:

<[http://scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902012000700002](http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000700002)>.

**MOURA, A. M. M.** Governança das políticas ambientais no Brasil: desafios à construção

de um sistema integrado de avaliação. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

**GOVERNO FEDERAL (BRASIL).** Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf)>. Acesso em: set. 2019.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA (BRASIL).** Manual técnico do Plano Plurianual do Governo Federal 2020–2023. Brasília: ME, 2019.

**UNITED NATIONS STATISTICS COMMISSION.** Interlinkages of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Background document. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/statcom/50th-session/documents>>

**UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION (UNSD).** Framework for the Development of Environment Statistics (FDES 2013). Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/envstats/fdes.cshtml>>. Versão em português.

**UNITED NATIONS.** Statistical Commission. Fundamental principles of official statistics. New York, 2013. Endossa e reafirma os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais adotados pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, em 1994, e revisa seu preâmbulo na 44ª sessão. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples.aspx>>. Acesso em: dez. 2018.

**HLG-PCCB – High-level Group for Partnership, Coordination and Capacity-Building for Statistics for the 2030 Agenda for Sustainable Development.** Cape Town Global Action Plan for Sustainable Development Data. Cape Town, 15 Jan. 2017. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/hlg/cape-town-global-action-plan>>. Acesso em: dez. 2018.

**UNITED NATIONS STATISTICS COMMISSION.** Better data for sustainable development: implementing the Cape Town Global Action Plan for data for the 2030 Agenda. Background document. 2019. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/statcom/50th-session/documents/#background>>.

**UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION (UNSD).** Framework for the Development of Environment Statistics (FDES 2013). Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/envstats/fdes.cshtml>>. Versão em português.

**BRASIL.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI). Indicadores de programas: guia metodológico. Brasília: MP, 2010. 128 p. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324\\_indicadores\\_programas-guia\\_metodologico.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf)>

**BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.** Saúde ambiental: guia básico para construção de indicadores. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 128 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_ambiental\\_guia\\_basico.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_ambiental_guia_basico.pdf)>.

**JANNUZZI, P. de M.** Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2012. 156 p.

**KRONENBERGER, D. M. P.** Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Senac, 2011. 277 p.

**LOUETTE, A. (org.).** Compêndio de indicadores de sustentabilidade das nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade. São Paulo: Antakarana Cultura Arte Ciência Ltda.; Willis Harman House, 2009. 112 p.

**PHILIPPI, A. Jr.; MALHEIROS, T. F. (org.).** Indicadores de sustentabilidade e gestão ambiental. Barueri: Manole, 2012. (Coleção Ambiental, 12).

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Plataforma ODS Brasil. Disponível em: <<https://www.odsbrasil.gov.br>>.

**KRONENBERGER, D. M. P.** Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. Ciência & Cultura, São Paulo, ano 71, n. 1, jan./fev./mar. 2019. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252019000100012](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100012)>

**UNITED NATIONS.** Indicators for sustainable development: guidelines and methodologies. 3. ed. New York: United Nations, 2007.

**UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION.** IAEG-SDGs – Inter-agency and Expert Group on SDG Indicators. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/iaeg-sdgs>>.

**UNITED NATIONS.** Statistics Division. SDG indicators: United Nations Global SDG Database. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/database>>

**UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION (UNSD).** SDG indicators: revised list of sustainable development goals indicators. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list>>

**PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS.** Guia de referências para produção de indicadores e para metas de sustentabilidade urbana. Versão jul. 2019. Disponível em: <[https://www.cidadessustentaveis.org.br/assets/pdf/Referencias-para-indicadores-e-metas\\_PCS-CEBRAP\\_2019.pdf](https://www.cidadessustentaveis.org.br/assets/pdf/Referencias-para-indicadores-e-metas_PCS-CEBRAP_2019.pdf)>

**PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS.** Metas de sustentabilidade para os municípios brasileiros: indicadores e referências. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br>>.

**PREFEITURA DE BARCARENA (PA).** Institucionalização das agendas de desenvolvimento da ONU. Disponível em: <<http://barcarena.pa.gov.br/agenda2030>>

**KRONENBERGER, D. M. P.; CARVALHO, C. N. de; CLEVELÁRIO JÚNIOR, J.** Construção de indicadores de desenvolvimento sustentável em pequenas bacias hidrográficas: o exemplo da Bacia do Jurumirim (Angra dos Reis, RJ). *Revista Brasileira de Geografia*, v. 59, n. 2, p. 99–117, 2005.

**GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI); UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD).** Guia dos ODS para empresas: diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios. 2015. Disponível em: <<https://cebds.org/publicacoes/>>. Acesso em: abr. 2019.

**KRONEMBERGER, D. M. P.; CARVALHO, C. N. de; CLEVELÁRIO JÚNIOR, J.** Indicadores de sustentabilidade em pequenas bacias hidrográficas: uma aplicação do Barômetro da Sustentabilidade à Bacia do Jurumirim (Angra dos Reis, RJ). *Geochimica Brasiliensis*, v. 18, n. 2, p. 86–98, 2004.

**KRONEMBERGER, D. M. P. et al.** Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise a partir da aplicação do Barômetro da Sustentabilidade. *Sociedade & Natureza*, v. 20, p. 25–50, 2008.

**KRONEMBERGER, D. M. P.; CLEVÁRIO JÚNIOR, J.** Aplicação do Barômetro da Sustentabilidade na análise comparativa do desenvolvimento brasileiro. In: **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (org.)**. População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. p. 117–150.

### **Bibliografia Complementar**

**BUARQUE, S. C.** Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 180 p.

**MAWHINNEY, M.** Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 231 p.

**KRONEMBERGER, D. M. P.** A viabilidade do desenvolvimento sustentável na escala local: o caso da Bacia do Jurumirim, Angra dos Reis, RJ. 2003. 274 p. Tese (Doutorado em Geoquímica) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

**MICKWITZ, P.** A framework for evaluating environmental policy instruments. *Policy Evaluation* (SAGE Publications), v. 9, n. 4, p. 415–436, 2003. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com>>.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU).** Técnicas de auditoria: Marco Lógico. Brasília: SEPROG/SEGECEX, 2001. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/tecnica-de-auditoria-marco-logico.htm>>

**CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (CBD) et al.** Biodiversity and 2030 Agenda for Sustainable Development. Disponível em: <<https://www.cbd.int/development/doc/biodiversity-2030-agenda-technical-note-en.pdf>>. Acesso em: set. 2019.

**CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS).** Guia ODS para empresas. Disponível em: <<https://cebds.org/wp-content/uploads/2015/11/Guia-dos-ODS.pdf>>.

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).** ODS: metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33895&Itemid=433](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433)>

**UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE).** Annual report. Jun. 2019. Disponível em: <<https://www.unece.org/publications/oes/welcome.html>>. Acesso em: nov. 2019.

**UNITED NATIONS.** Sustainable Development Goals Knowledge Platform. 2018. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org>>. Acesso em: dez. 2018.

**WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD).** The good life goals. Disponível em: <<https://www.wbcsd.org/Overview/News-Insights/General/News/The-Good-Life-Goals-For-World-Changing-Businesses>>. Acesso em: set. 2019.

**COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).** Métodos y clasificaciones. Disponível em: <[https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/metodosClasificaciones.asp?idioma=e](https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/metodosClasificaciones.asp?idioma=e)>.

**COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).** Gastos en protección ambiental en América Latina y el Caribe: bases conceptuales y experiencia regional. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/37294-gasto-proteccion-ambiental-america-latina-caribe-bases-conceptuales-experiencia>>

**UNITED NATIONS.** System of Environmental-Economic Accounting (SEEA): methodology. Disponível em: <<https://seea.un.org/content/methodology>>

**UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE).** Recommendations on climate change-related statistics. Disponível em: <<http://www.unece.org/index.php?id=37166>>.

**UNITED NATIONS.** Sustainable Development Goal (SDG) indicators correspondence with the basic set of environment statistics of the FDES 2013. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/envstats/fdes.cshtml>>. Acesso em: dez. 2018.

**BELLEN, H. M. V.** Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 256 p.

**DATA REVOLUTION GROUP.** A world that counts: mobilising the data revolution for sustainable development. Disponível em: <<https://www.undatarevolution.org>>

**GADREY, J.; JANY-CATRICE, F.** Os novos indicadores de riqueza. São Paulo: Editora Senac, 2006. 159 p.

**LOUETTE, A. (org.).** Compêndio de indicadores de sustentabilidade das nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade. São Paulo: Antakarana Cultura Arte Ciência Ltda.; Willis Harman House, 2009. 112 p.

**MEADOWS, D.** Indicators and information systems for sustainable development. Hartland Four Corners: The Sustainability Institute, 1998. 78 p.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 351 p. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, n. 10).

**UNITED NATIONS.** Statistics Division. SDG indicators: metadata repository. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/metadata>>. Acesso em: dez. 2018.

**UNITED NATIONS.** Inter-agency and Expert Group on SDG Indicators (IAEG-SDGs). Data disaggregation for the SDG indicators. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/iaeg-sdgs/disaggregation>>. Acesso em: out. 2019.

**UNITED NATIONS.** The Sustainable Development Goals Report 2019. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2019.pdf>>.

**UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP).** Indicadores ILAC. Disponível em: <<http://www.pnuma.org/deat1/datoeindicadores.html>>.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO; FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE); FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP).** ODS SP no PPA 2016–2019: 1º relatório de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo. São Paulo, [2019].

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.** Boas práticas ODS. Disponível em: <<http://www.boaspraticasods.pr.gov.br>>

**REDE NOSSA SÃO PAULO.** Publicações. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/quemsomos/#publicacoes>>

**CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS).** Guia da produção mais limpa: faça você mesmo. 2005. Disponível em: <<https://cebds.org/publicacoes/>>

**INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.** Indicadores Ethos. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/categoria/publicacoes>>

**KRONEMBERGER, D. M. P.; CARVALHO, C. N. de; CLEVELÁRIO JÚNIOR, J.** Indicadores de sustentabilidade em pequenas bacias hidrográficas: uma aplicação do Barômetro da Sustentabilidade à Bacia do Jurumirim (Angra dos Reis, RJ). Geochimica Brasiliensis, v. 18, n. 2, p. 86–98, 2004.

**SCANDAR NETO.** Síntese que organiza o olhar: uma proposta para construção e representação de indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação para os municípios fluminenses. 2006. 110 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www.livrosgratis.com.br/download\\_livro\\_70349/sintese\\_que\\_organiza\\_o\\_olhar-uma\\_proposta\\_para\\_construcao\\_e\\_representacao\\_de\\_indicadores\\_de\\_desenvolvimento\\_sustentavel\\_e\\_sua\\_aplicacao\\_para\\_os\\_municipios\\_fluminenses.](http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_70349/sintese_que_organiza_o_olhar-uma_proposta_para_construcao_e_representacao_de_indicadores_de_desenvolvimento_sustentavel_e_sua_aplicacao_para_os_municipios_fluminenses.)>

**YALE UNIVERSITY.** Environmental performance index. 2019. Disponível em: <<https://epi.envirocenter.yale.edu>>

## **D.14 Análise de Dados e Métodos Quantitativos em Gestão Ambiental**

### **Bibliografia Básica**

**ESTRAVIZ, Luiz.** Curso on-line. Disponível em:

<<http://www.luizestraviz.com/cursos/course/view.php?id=2&section=1>>

<<http://www.luizestraviz.com/cursos/course/view.php?id=2&section=2>>

<<http://www.luizestraviz.com/cursos/course/view.php?id=2&section=3>>

<<http://www.luizestraviz.com/cursos/course/view.php?id=2&section=4>>

<<http://www.luizestraviz.com/cursos/course/view.php?id=2&section=5>  
;

<<http://www.luizestraviz.com/cursos/course/view.php?id=2&section=6>>

<<http://www.luizestraviz.com/cursos/course/view.php?id=2&section=7>>

<<http://www.luizestraviz.com/cursos/course/view.php?id=2&section=8>>

### **Bibliografia Complementar**

**FÁVERO, L. P.** Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. São Paulo: Atlas, 2017.

**FAWCETT, T.; PROVOST, F.** Data science para negócios: o que você precisa saber sobre mineração de dados e pensamento analítico. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

**SIQUEIRA, V. A. C. L.** Introdução à matemática financeira. São Paulo: Atlas, 2017.

**PERLIN, M. S.** Processamento e análise de dados financeiros e econômicos com o R. São Paulo: Atlas, 2018.

**ANALYTICS VIDHYA.** Introductory guide on linear programming for data scientists. Página web, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.analyticsvidhya.com>>

**RODRIGUEZ, L. C. E.** Programação linear para gestores florestais. Playlist em vídeo. YouTube, jan. 2020.

## **D.15 Metodologia de Pesquisa**

### **Bibliografia Básica**

**KOHLSDORF, Nara.** Apostila de metodologia de pesquisa: 1º e 2º módulos. Brasília: ENAP, 2016. Apostila de curso.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT).** Norma brasileira ABNT NBR 15287: informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT).** Norma brasileira ABNT NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

### **Bibliografia Complementar**

**GIL, Antonio Carlos.** Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria.** Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**MATIAS-PEREIRA, José.** Manual de metodologia da pesquisa científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

**PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de.** Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

## **D.16 Disciplina Integradora Aplicada**

### **Bibliografia**

**CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA).** Resoluções do CONAMA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2019.

**BRASIL. Congresso Nacional.** Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal). Diário Oficial da União, Brasília, 28 maio 2012.

**BRASIL. Casa Civil.** Fundo Amazônia. Brasília, 2019.

**BRASIL. Congresso Nacional.** Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2000.

**BRASIL. Casa Civil.** Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Brasília, 2015.

**BRASIL. Ministério do Meio Ambiente.** Desmatamento na Amazônia. Brasília, 2016.